



UNIVERSIDADE DE UBERABA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:
FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA
MESTRADO PROFISSIONAL

BRUNA VOLPONI PAGANINI

CONDIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL PARA AUTISTAS NA ESCOLA
ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO “CAMILA MOTA”.

UBERLÂNDIA, MG

2025

BRUNA VOLPONI PAGANINI

**CONDIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL PARA AUTISTAS NA ESCOLA
ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO “CAMILA MOTA”.**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Uberaba – UNIUBE, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus.

Linha de Pesquisa: Educação Básica:
Fundamentos e Planejamento.

UBERLÂNDIA, MG

2025

Catalogação elaborada pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

P14c

Paganini, Bruna Volponi.

Condições do atendimento educacional para autistas na Escola Estadual do Ensino Fundamental e Médio “Camila Mota” / Bruna Volponi Paganini. – Uberlândia (MG), 2025.

88 f. : il., color.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação em Educação. Mestrado Profissional. Linha de pesquisa: Educação Básica: Fundamentos e Planejamento.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus.

Inclui e-book.

1. Educação inclusiva. 2. Transtornos do espectro autista. 3. Professores – Formação. 4. Políticas públicas. 5. Inclusão em educação. I. Jesus, Osvaldo Freitas de. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Profissional. III. Título.

CDD 371.9046

Tatiane da Silva Viana – Bibliotecária – CRB-6/3171

BRUNA VOLPONI PAGANINI

**CONDIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL PARA AUTISTA NA
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO “CAMILA
MOTA”**

Dissertação/Produto apresentada ao Programa de Pós – Graduação Profissional em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em 26/02/2025

BANCA EXAMINADORA

Osvaldo Freitas de Jesus
Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus Dias
(Orientador)
Universidade de Uberaba – UNIUBE

Guilherme Saramago de Oliveira
Prof. Dr. Guilherme Saramago de Oliveira
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Gercina Santana Novais
Profº. Drª. Gercina Santana Novais
Universidade de Uberaba – UNIUBE

RESUMO

A dissertação descreve as condições do atendimento educacional para autistas na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Camila Mota”. O estudo é classificado como uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso qualitativo, baseando-se na análise de documentos educacionais e na literatura científica sobre inclusão escolar. O objetivo geral é analisar as condições existentes para o atendimento de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), descrevendo a estrutura disponível, os recursos oferecidos e propondo recomendações pedagógicas para melhorar a inclusão educacional desses estudantes. A metodologia adotada compreende uma revisão da literatura sobre educação inclusiva, com enfoque na legislação vigente, práticas pedagógicas e desafios enfrentados pelos professores e gestores escolares. Foram analisadas obras de diversos autores reconhecidos na área da educação especial, além de documentos institucionais da escola. O estudo de caso na Escola “Camila Mota” permitiu uma compreensão detalhada da realidade enfrentada por professores e alunos, relacionando-a ao cenário educacional mais amplo. Os resultados indicam que, embora haja esforços para a inclusão de alunos autistas, persistem desafios significativos, como a inadequação da infraestrutura, a falta de formação específica dos docentes e a escassez de materiais pedagógicos adaptados. Observou-se que a escola dispõe de uma Sala de Recursos Multifuncionais, mas o atendimento ainda é limitado pela carência de profissionais especializados e pela falta de suporte governamental adequado. Além disso, as políticas educacionais para inclusão, embora bem-intencionadas, nem sempre se traduzem em ações práticas eficazes dentro das instituições de ensino. A pesquisa também revela que a formação continuada dos professores é essencial para garantir práticas inclusivas eficazes. Muitos docentes enfrentam dificuldades para adaptar suas metodologias às necessidades dos alunos com TEA, evidenciando a necessidade de capacitações específicas e permanentes. Outro ponto destacado é a importância do envolvimento da comunidade escolar e das famílias no processo de inclusão, promovendo um ambiente mais acolhedor e colaborativo. Como conclusão, o estudo reforça a necessidade de investimentos na melhoria da infraestrutura escolar, na formação de profissionais e na adaptação curricular para atender às especificidades dos alunos com TEA. Recomenda-se a ampliação dos programas de capacitação docente, a implementação de estratégias pedagógicas diferenciadas e o fortalecimento de políticas públicas que garantam o direito à educação inclusiva. A pesquisa contribui para a reflexão sobre as condições do atendimento educacional especializado e destaca a urgência de ações concretas para garantir uma educação mais equitativa e acessível a todos.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Transtorno do Espectro Autista, Atendimento Educacional Especializado, Formação docente, Políticas públicas.

ABSTRACT

This dissertation describes the conditions of educational services for autistic children at the “Camila Mota” State Elementary and High School. The study is classified as a bibliographical research and a qualitative case study, based on the analysis of educational documents and scientific literature on school inclusion. The general objective is to analyze the existing conditions for the care of students with Autism Spectrum Disorder (ASD), describing the available structure, the resources offered and proposing pedagogical recommendations to improve the educational inclusion of these students. The methodology adopted includes a review of the literature on inclusive education, focusing on current legislation, pedagogical practices and challenges faced by teachers and school administrators. Works by several renowned authors in the area of special education were analyzed, in addition to institutional documents from the school. The case study at the “Camila Mota” School allowed a detailed understanding of the reality faced by teachers and students, relating it to the broader educational scenario. The results indicate that, although there are efforts to include autistic students, significant challenges persist, such as inadequate infrastructure, lack of specific training for teachers, and shortage of adapted teaching materials. It was observed that the school has a Multifunctional Resource Room, but the service is still limited by the lack of specialized professionals and the lack of adequate government support. In addition, educational policies for inclusion, although well-intentioned, do not always translate into effective practical actions within educational institutions. The research also reveals that ongoing teacher training is essential to ensure effective inclusive practices. Many teachers face difficulties in adapting their methodologies to the needs of students with ASD, highlighting the need for specific and ongoing training. Another point highlighted is the importance of involving the school community and families in the inclusion process, promoting a more welcoming and collaborative environment. In conclusion, the study reinforces the need for investments in improving school infrastructure, training professionals, and adapting curricula to meet the specific needs of students with ASD. It is recommended that teacher training programs be expanded, that differentiated pedagogical strategies be implemented, and that public policies that guarantee the right to inclusive education be strengthened. The research contributes to the reflection on the conditions of specialized educational services and highlights the urgency of concrete actions to guarantee more equitable and accessible education for all.

Keywords: Inclusive education, Autism Spectrum Disorder, Specialized Educational Services, Teacher training, Public policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Processadores linguísticos	28
Figura 2 - Brinquedoteca	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - As produções acadêmicas sobre TEA	19
Quadro 2 - História do AEE no Brasil.....	33
Quadro 3 - Comparativo entre escolas públicas e escolas particulares	47
Quadro 4 - Benefícios da educação inclusiva no ensino regular.....	48

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
SRM	Sala de Recursos Multifuncionais
TEA	Transtorno do Espectro Autista

SUMÁRIO

PRÓLOGO: trajetórias de sonhos e realizações	10
INTRODUÇÃO: Contexto, tema, justificativa e significância	14
Relevância do tema	17
Objetivo geral.....	22
Objetivos específicos	22
Características da pesquisa.....	22
SEÇÃO 01 – BASE TEÓRICA DA PESQUISA.....	25
1.1 - Transtorno do Espectro Autista	25
1.2 – Características do Transtorno do Espectro Autista (TEA).....	26
1.3 - A importância da linguagem.....	28
1.4 - História do Atendimento Educacional Especializado.....	31
1.5 - História do AEE no brasil	33
1.6 - Conceito da educação especial para a educação inclusiva	34
1.7 - Educação inclusiva para crianças/jovens com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	36
1.8 - Educação inclusiva para crianças/jovens com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no estado de Espírito Santo.....	37
1.9 - Sala de recursos multifuncionais	38
1.10 - A atuação do professor na Sala de Recursos Multifuncionais.....	40
1.11 - Desafios dos professores no atendimento educacional especializado	42
1.12 - Atuação do governo para ajuda no AEE.....	43
1.13 - A morosidade governamental no apoio ao AEE.....	45
1.14 - Comparativo do AEE nas escolas públicas <i>versus</i> particulares.....	46
1.15 - Benefícios e desafios da educação inclusiva no ensino regular.....	48
SEÇÃO 02 – CONDIÇÕES NA ESCOLA PARA ALUNOS COM TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA	51
2.1 - Análise das condições existentes na escola para o atendimento de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	51
2.2 Desenvolvimento de uma biblioteca digital	55
RESULTADOS	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	66
ANEXOS	70

MEMORIAL

PRÓLOGO: trajetórias de sonhos e realizações

Neste memorial, gostaria de relatar minha trajetória profissional e pessoal. Meu nome é Bruna Volponi Paganini, tenho 39 anos de idade, sou formada em Pedagogia, me especializei na área da Educação Especial com Ênfase em Deficiência Intelectual e atualmente Mestranda em Educação.

Iniciei minha carreira docente no ano de 2018, na prefeitura de Alfredo Chaves, com 34 anos de idade. Nesses 05 anos como professora, passei por experiências diversificadas. Meu primeiro trabalho foi numa escola do interior do município de Alfredo Chaves, fui acolhida pela diretora com a seguinte pergunta: Será que você dará conta dos nossos alunos especiais. Fiquei aflita e ansiosa, mas graças a Deus consegui desenvolver um bom trabalho com os alunos. Também trabalhei num município vizinho Guarapari ES pelo qual saía de casa as 6:00 horas e retornava para casa as 19:00 horas, foram muitas lutas inclusive mesmo na época da minha gravidez, meu horário de trabalho era muito cansativo. Em 2021, retornei ao meu município de origem, Alfredo Chaves, para atuar como professor em uma Sala de Recursos Multifuncional, realizando o Atendimento Educacional Especializado (AEE), função que exerço até o momento. Essa trajetória profissional foi fundamental para a elaboração da presente pesquisa científica.

Nasci no dia 27 de novembro do ano de 1983, na cidade de Anchieta no Espírito Santo. Primeira filha de Astéria Volponi Paganini e Ademar José Paganini. A segunda filha chama-se Fernanda Volponi Paganini e o terceiro filho, Eduardo Volponi Paganini.

Tive uma infância tranquila, com muitas brincadeiras ao lado dos meus irmãos. Morávamos numa casa alugada, na cidade de Iconha no Espírito Santo, cidade vizinha da atual cidade que moro, meu pai, era caminhoneiro e minha mãe dona de casa.

Estudei a educação infantil, o ensino fundamental I e II na cidade de Iconha ES, mas aos 15 anos fomos morar em Alfredo Chaves ES, onde iniciei o ensino médio, com muitas dificuldades meu pai pagou uma escola particular em Cachoeiro do Itapemirim no 3º ano para que eu pudesse estar melhor preparada para o vestibular, mas como não tinha amadurecimento suficiente para fazer escolhas, resolvi não prestar o vestibular.

Durante muito tempo trabalhei no comércio de Alfredo Chaves ES, mas com o passar dos anos percebi que gostaria de adquirir mais conhecimentos e fazer uma faculdade. Pensei muito e comecei a pesquisar sobre oportunidades de cursar pedagogia, pois era um curso que

me inspirava na minha avó materna (nossa eterna professorinha).

Descobri um curso semipresencial num município vizinho Anchieta ES. A UNIUBE estava oferecendo vários cursos, mas optei pela pedagogia. Na época foi muito difícil pois praticamente todo o dinheiro do meu trabalho foi direcionado para pagar as mensalidades, custos de locomoção e alimentação. Enfrentei dificuldades em obter o apoio do meu pai, que, devido às limitações financeiras, afirmava que a faculdade era algo destinado apenas aos "filhos de ricos". Minha mãe, por sua vez, mantinha-se em silêncio, pois não vislumbrava perspectivas de mudança ou oportunidades.

Convivi num ambiente com um pai alcoólatra e uma mãe depressiva. Meus irmãos eram muito novinhos, então não podia contar com o apoio deles. Fiz o vestibular da UNIUBE, fui aprovada, tive muitas dificuldades, na locomoção, pois o ônibus não coincidia com os horários das aulas, então sempre dependi de carona (sempre colaborando com o pagamento do combustível) e mesmo assim sentia um pouco de resistência de algumas pessoas. Deixei de sair, de comprar, de participar de alguns momentos com meus colegas, pois meu dinheiro estava todo predestinado para minha faculdade.

No final do ano de 2011 conheci meu marido Darcy e foi ele que me apoiou muito para conseguir concluir o curso, me levando para fazer as provas, as fotos da colação de grau entre outros momentos. Lembro que no dia da colação de grau, meu companheiro estava muito gripado e com febre, mas mesmo assim saiu de sua cidade Iconha ES foi me buscar na minha cidade Alfredo Chaves ES e me levou para Anchieta ES onde aconteceu a colação de grau.

No ano de 2012, realizei minha primeira inscrição para DT (designação temporária) para professora, sucesso. Resolvi fazer pós-graduação na área de anos iniciais e ensino fundamental I onde tive a oportunidade de substituir uma professora por 15 dias, mas sem sucesso, pois não me adaptei com o ensino regular.

Por incentivo de uma prima fiz outra pós-graduação em educação especial com ênfase em deficiência intelectual. Mesmo assim foram várias tentativas frustradas de concurso de DT para educação especial, até que em 2016 um professor de AEE resolveu deixar seu cargo de professor de uma escola do interior de Alfredo Chaves ES para ser pedagogo de uma outra escola, ocupando um cargo de gestão.

Não posso deixar de destacar a generosidade do professor Osvaldo, que diante das minhas incertezas foi a pessoa que me passou confiança e credibilidade. O mestrado em educação estava acontecendo na modalidade remota, devido a pandemia, mas que a qualquer momento iria voltar a ser presencial. Fiquei com muitas dúvidas pois estava com medo de fazer

todo o investimento e depois não poder concluir meu mestrado.

O professor Osvaldo conversou comigo por telefone algumas vezes e disse para que eu não deixasse de acreditar no meu sonho que tudo iria dar certo e que existia a possibilidade da modalidade do mestrado ser híbrida. Graças a Deus tudo deu certo a universidade conseguiu essa modalidade e estou concluindo meu tão sonhado mestrado. E acredito que não é por coincidência, meu orientador é o professor Osvaldo que Deus colocou novamente no meu processo e progresso acadêmico. Obrigada por tudo professor, o senhor sempre será lembrado com muito carinho.

Atuando como professora em uma Sala de Recursos Multifuncional, tenho enfrentado dificuldades para realizar um trabalho mais efetivo e alinhado às necessidades individuais de cada aluno atendido. Essas limitações decorrem da falta de materiais pedagógicos específicos, como computadores, jogos pedagógicos adaptados para alunos com deficiência visual, auditiva, intelectual e física, entre outros. Apesar de diversas solicitações feitas à Secretaria de Educação da rede, tais recursos ainda não foram disponibilizados.

Na minha perspectiva como profissional da área de Educação Especial, a inclusão foi implementada de maneira contínua, sem haver preparação tanto em relação ao oferecimento de recursos materiais, quanto ao preparo de professores para receber alunos com deficiências em suas salas de aulas regulares. O meu trabalho pedagógico começava por ensinar a conhecer-se: quem eu sou, onde eu vou, como eu faço, como eu ajudo, como eu recebo; foi esse o trabalho da socialização. A parte mais gratificante do trabalho era a alegria de ver uma criança chegando ao Parque Infantil, feliz e animada, vivenciando aquele espaço como o seu mundo. No entanto, ao refletir sobre o meu objetivo inicial, que era promover o desenvolvimento de crianças com deficiência para que se tornassem adultos autônomos e capazes de viver com independência, percebo a necessidade de revisitar essa perspectiva à luz das discussões sobre inclusão escolar. Autores como Mantoan e Skliar destacam que a educação inclusiva deve priorizar a valorização das diferenças e o reconhecimento da singularidade de cada indivíduo, promovendo a autonomia sem reduzir a pessoa a padrões de eficiência ou funcionalidade, mas sim respeitando suas possibilidades e contextos.

Vejo que socializar não é apenas colocar o indivíduo numa sociedade, é aceitá-lo, é trabalhar com ele, é principalmente amá-lo e servir às tais diferenças individuais, que devem ser respeitadas em todas as áreas. Incluir para viver melhor; educar para sermos responsáveis e, acima de tudo, terem a oportunidade de participar da vida e serem felizes!

No início do mestrado meu pré-projeto estava voltado para o trabalho do professor na

sala de recursos, impulsionada pela minha experiência profissional, decidi direcionar meu trabalho científico para os desafios enfrentados pelos professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos Multifuncionais. Essa escolha resultou na realização da presente pesquisa, que tem sido de grande importância para o meu crescimento pessoal e profissional.

A pós-graduação Stricto Sensu traz uma dimensão nunca vivenciada por mim. A realização de uma pesquisa científica é peculiar, diferente de todos os meus estudos realizados anteriormente. Devido à profissão docente, concluí duas graduações e uma pós-graduação lato sensu, além de inúmeros cursos de extensão e educação continuada, mas nada se compara ao nível de estudo que realizei recentemente. Almejar ser produtor científico está significando uma visão da totalidade de tudo que pude estudar e até então.

Como afirma Santos (2008), os estudos no curso de Mestrado Profissional em Educação estão espalhando, anseios, dúvidas, certezas, incertezas, experiências, conhecimento e indagações, em busca da produção de conhecimento que contribua, de alguma maneira, para que meus pares ou interessados possam questionar, aumentar ou saciar suas dúvidas, na mesma incessante busca pelo conhecimento.

Meu intuito, neste memorial, foi descrever reflexivamente minha trajetória de vida como profissional da educação. A oportunidade de realizar um memorial autobiográfico resume-se numa experiência rica e emancipadora. É importante olharmos para trás, perceber o quanto já caminhamos, evoluímos, lutamos, caímos, levantamos, persistimos e não desistimos. No grande espetáculo que é a vida, não existem receitas, fórmulas, técnicas ou manual a seguir com a finalidade de realizar nossas aspirações e nossos sonhos.

Desejo compartilhar toda minha experiência com indivíduos que tenham o mesmo objetivo: a incessante busca pelo saber, pelo desenvolvimento profissional e pelo conhecimento, que nunca se cessa nele mesmo.

Por fim, minha projeção pessoal resume-se em estar junto com a minha família, acompanhar o crescimento de meu filho, encomendar o segundo herdeiro, cultivar bons momentos, boas companhias, propagar energia positiva ao meu redor e me superar a cada dia, sempre.

INTRODUÇÃO: Contexto, tema, justificativa e significância

A educação inclusiva tem se tornado um enorme desafio para a educação escolar no Brasil. Embora garantida por Lei Nº 13.146/2015, a educação inclusiva está longe de ser atendida em suas principais necessidades. Por um lado, o descompasso entre a promessa expressa pelo texto da Lei e sua dificuldade de ser implementada; por outro lado, a tradição brasileira de estabelecer parâmetros difíceis de ser alcançado no curto prazo, fazem da política da educação inclusiva senão uma conquista, uma miragem.

Para um país que já escreveu 7 constituições federais – 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988 – e a última já tenha recebido mais de 100 emendas, constatar que a educação inclusiva possa ter pretendido mais que o possível não seria um exagero. Em seu artigo 3º, inciso XI, ela diz: “A moradia para a vida independente da pessoa com deficiência: moradia com estruturas adequadas capazes de proporcionar serviços de apoio coletivos e individualizados que respeitem e ampliem o grau de autonomia de jovens e adulto com deficiência” (Mantoan, 2003). Pouco esforço seria necessário para perceber que entre o sonho e as condições oferecidas às escolas há um grande hiato.

Seria um dos pilares fundamentais para a promoção da igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade no contexto educacional. No entanto, apesar dos avanços significativos nas políticas de inclusão, ainda há desafios a serem enfrentados, especialmente no que diz respeito à inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O TEA é uma condição neurobiológica que afeta o desenvolvimento da comunicação, interação social e comportamento, demandando abordagens educacionais específicas para garantir uma participação plena e significativa na sociedade.

No Estado do Espírito Santo, como em muitas outras regiões do mundo, a inclusão de pessoas com TEA nas escolas regulares tem sido uma pauta em constante evolução. Embora haja um reconhecimento cada vez maior da importância da inclusão, ainda há lacunas significativas na compreensão das melhores práticas, desafios enfrentados pelos profissionais da educação e necessidades específicas dos alunos autistas.

A implementação bem-sucedida da Educação Inclusiva requer a formação de professores, a alocação de recursos adequados e a colaboração entre todos os membros da comunidade educacional. Embora haja desafios a serem superados, a Educação Inclusiva é vista como um caminho importante em direção a uma sociedade mais igualitária e justa.

O atendimento educacional especializado para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Camila Motta” é um tema

de grande importância e relevância. A inclusão de alunos com TEA nas escolas regulares é uma prática defendida por diversas legislações nacionais e internacionais, refletindo um compromisso com a educação de qualidade para todos.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 205, estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, promovendo o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania. Além disso, o artigo 208 assegura o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Essas disposições legais são fundamentais para garantir a inclusão de alunos com TEA nas escolas regulares.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), reforça esses princípios, estabelecendo que é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar a inclusão das pessoas com deficiência. A LBI prevê, entre outras coisas, a adaptação dos currículos, a disponibilização de recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva, e a formação adequada dos profissionais da educação.

No contexto específico da educação inclusiva para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Decreto nº 7.611/2011 regulamenta o atendimento educacional especializado, assegurando a oferta de educação especial, preferencialmente na rede regular de ensino. O decreto destaca a importância de garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Essas legislações e decretos são cruciais para nortear as práticas educativas e assegurar que os direitos dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) sejam respeitados. No entanto, a efetivação dessas normas na prática diária das escolas, como a Escola “Camila Motta”, pode apresentar desafios significativos. A adequação das estruturas escolares, a formação contínua dos professores e a disponibilização de recursos pedagógicos são aspectos fundamentais para garantir uma inclusão efetiva.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Camila Motta” tem se esforçado para cumprir as diretrizes estabelecidas pelas legislações e decretos. No entanto, como em muitas instituições, a realidade enfrenta desafios que precisam ser abordados de forma sistemática e contínua. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) exige uma adaptação constante das práticas pedagógicas e uma sensibilidade particular para as necessidades desses estudantes.

Um dos pilares fundamentais da inclusão é a formação adequada dos professores. A legislação brasileira enfatiza a necessidade de capacitação adequada para os educadores, permitindo que eles desenvolvam competências e habilidades para atender à diversidade presente em sala de aula. Na Escola “Camila Motta” embora esforços tenham sido realizados para oferecer formação continuada aos docentes, ainda há um longo caminho a percorrer para assegurar que todos os professores estejam completamente preparados.

Outro aspecto relevante é a adaptação curricular. A inclusão destes alunos requer a flexibilização dos currículos e a utilização de estratégias pedagógicas diferenciadas que possam atender às necessidades individuais dos estudantes. Isso implica não apenas a revisão dos conteúdos programáticos, mas também a utilização de métodos de ensino mais inclusivos e participativos (Skliar, 2004).

A legislação também prevê o uso de recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva. Esses recursos são essenciais para facilitar a aprendizagem dos alunos, permitindo que eles tenham acesso ao conhecimento de maneira adequada às suas necessidades. Na Escola “Camila Motta”, a implementação dessas tecnologias é uma prioridade, mas a disponibilidade de recursos financeiros e materiais ainda é um desafio a ser superado.

A participação ativa da família é outro componente vital da educação inclusiva. A legislação reconhece o papel fundamental dos pais e responsáveis no processo educacional dos alunos. A Escola “Camila Motta” busca envolver as famílias em todas as etapas do processo educativo, promovendo uma parceria que favoreça o desenvolvimento integral dos alunos.

Por fim, é importante destacar a necessidade de uma abordagem colaborativa. A inclusão de alunos não é responsabilidade exclusiva dos professores, mas de toda a comunidade escolar. A legislação promove a colaboração entre gestores, professores, funcionários, alunos e famílias para criar um ambiente escolar acolhedor e inclusivo. Na Escola “Camila Motta”, essa colaboração é incentivada, buscando sempre melhorias contínuas para atender de forma eficaz às necessidades dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Em resumo, o atendimento educacional especializado para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Camila Motta” é fundamentado por uma sólida base legal que visa assegurar a inclusão e a qualidade da educação para todos. A efetivação dessas diretrizes exige um compromisso contínuo de toda a comunidade escolar e a implementação de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas. A legislação oferece o suporte necessário, mas a prática diária nas escolas é que determinará o sucesso da inclusão educacional.

Relevância do tema

A implementação da Educação Inclusiva para autistas em Espírito Santo é uma questão de extrema relevância e urgência, considerando o aumento da prevalência do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a necessidade de garantir o acesso igualitário à educação para todos os indivíduos. Neste contexto, explorar a relevância desse tema é essencial para compreender os desafios enfrentados e as oportunidades de promover uma sociedade mais inclusiva e igualitária (Mantoan, 2003).

A inclusão educacional de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Camila Motta” representa um tema de extrema importância para a sociedade contemporânea. A relevância desse tema vai além do âmbito educacional, abrangendo aspectos sociais, econômicos e culturais que são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Primeiramente, a educação inclusiva é um direito garantido por diversas legislações nacionais e internacionais, incluindo a Constituição Federal do Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU. Esses documentos reafirmam a importância de oferecer uma educação de qualidade para todos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou comportamentais. Na prática, garantir a inclusão de alunos com TEA na Escola “Camila Motta” é uma forma de cumprir esses compromissos legais e morais.

Também está relacionada ao desenvolvimento social. A inclusão destes alunos em escolas regulares promove a diversidade e a compreensão mútua entre os alunos. Essa convivência é fundamental para a formação de indivíduos mais empáticos e respeitosos. Na Escola “Camila Motta”, a promoção de uma cultura inclusiva pode contribuir significativamente para a construção de uma comunidade escolar mais coesa e solidária.

Além disso, a educação inclusiva tem um impacto direto na qualidade de vida das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A oferta de um ambiente escolar adaptado e acolhedor pode potencializar as capacidades desses alunos, proporcionando-lhes melhores oportunidades de desenvolvimento acadêmico, social e emocional. Ao garantir a inclusão na Escola “Camila Motta”, estamos ampliando as perspectivas de futuro para esses alunos, permitindo-lhes alcançar maior autonomia e participação na sociedade.

Sob a ótica econômica, a inclusão educacional de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui um investimento crucial e imediato. A formação de indivíduos com habilidades e competências diversificadas é fundamental para a constituição de uma força de

trabalho mais qualificada e eficiente. Na Escola "Camila Motta", ao proporcionar uma educação devidamente adaptada às necessidades dos alunos, estamos contribuindo diretamente para a formação de cidadãos preparados para atuar de maneira produtiva e inovadora, atendendo às demandas do mercado de trabalho em diversas áreas.

Manifesta na necessidade de formação contínua dos professores, capacitar os docentes para lidarem com a diversidade em sala de aula é um passo fundamental para a efetivação da educação inclusiva. Na Escola "Camila Motta", programas de formação específicos e contínuos para professores são cruciais para garantir que os educadores estejam preparados para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades da inclusão.

Ademais, a inclusão educacional de alunos na Escola "Camila Motta" pode servir como modelo para outras instituições de ensino. Ao implementar práticas inclusivas eficazes, a escola pode inspirar e influenciar positivamente outras escolas, contribuindo para a disseminação de boas práticas e a melhoria geral da educação inclusiva no Brasil. Esse efeito multiplicador é crucial para a construção de um sistema educacional mais justo e equitativo.

A promoção da inclusão também envolve a sensibilização e o engajamento da comunidade escolar e das famílias. A participação ativa dos pais e da comunidade é essencial para o sucesso da educação inclusiva. O envolvimento da comunidade pode fortalecer as práticas pedagógicas e oferecer um suporte mais amplo e eficaz aos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), garantindo que eles recebam o apoio necessário tanto dentro quanto fora da sala de aula.

A relevância do tema é ainda mais evidente quando consideramos os desafios específicos enfrentados pelos alunos Transtorno do Espectro Autista (TEA). A inclusão educacional deve ser vista como um processo contínuo de adaptação e melhoria, onde as necessidades individuais dos alunos são constantemente avaliadas e atendidas. Na Escola "Camila Motta", a implementação de práticas inclusivas requer uma abordagem flexível e personalizada, garantindo que cada aluno tenha suas necessidades atendidas de maneira eficaz e digna.

Em suma, a inclusão educacional de alunos na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio "Camila Motta" é um tema de relevância multifacetada, abrangendo aspectos legais, sociais, econômicos e educacionais. Promover a inclusão é essencial para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e oportunidades iguais de desenvolvimento. A Escola "Camila Motta" tem um papel crucial na realização desse objetivo, servindo como um exemplo de compromisso e dedicação à educação inclusiva.

A literatura sobre a Educação Inclusiva para autistas oferece insights valiosos sobre os desafios, avanços e perspectivas relacionados à inclusão educacional desses indivíduos na maior cidade do Brasil. Ao explorar estudos, artigos e documentos relevantes, é possível identificar tendências, lacunas de conhecimento e melhores práticas que podem informar políticas e práticas educacionais mais eficazes. Nesta seção, será realizada uma revisão através de obras expostas no Quadro I do banco de dados da SciElo, com critérios da educação inclusiva nas escolas brasileiras e os desafios enfrentados por cada uma, destacando os principais pontos abordados pelos pesquisadores e profissionais da área.

Estudos como Bustamante e Souza (2020), Oliveira (2022), Santos (2021) e Silva (2014) apontam os desafios enfrentados na implementação da Educação Inclusiva para autistas no estado. Questões relacionadas à formação inadequada de professores, escassez de recursos e suportes especializados, falta de infraestrutura adequada nas escolas e resistência cultural são frequentemente destacadas como obstáculos significativos que dificultam a inclusão efetiva dos alunos autistas no sistema educacional.

A formação e capacitação de profissionais da educação emergem como áreas críticas de intervenção. Os estudos expostos no quadro abaixo sugerem que programas de formação continuada e parcerias com instituições especializadas podem ajudar a melhorar as habilidades e conhecimentos dos professores em relação ao atendimento às necessidades dos alunos autistas, aumentando sua confiança e competência na promoção da inclusão educacional.

Quadro 1 - As produções acadêmicas sobre Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Autor/Ano	Título	Metodologia	Resultado	Conclusão
Bustamante, M.; Souza, M. (2020)	O ensino colaborativo e a educação inclusiva: possibilidades e desafios.	Estudo bibliográfico baseado na base Scielo.	As escolas ainda carecem de estruturas adequadas, formação de professores e ferramentas necessárias para efetivar a educação inclusiva.	É necessária uma análise mais aprofundada, especialmente no desenvolvimento de trabalhos pedagógicos inclusivos.
Oliveira (2022)	Dificuldades encontradas pelos professores da educação infantil no processo de inclusão.	Revisão bibliográfica	Os desafios para qualificação do ensino incluem a falta de formação de professores e a	Recomenda-se maior incentivo à formação docente e ações que supram as lacunas do ensino inclusivo adequado.

			ausência de apoio familiar.
Santos (2021)	Educação inclusiva: uma análise sobre os avanços e os desafios enfrentados no contexto atual da educação básica no Brasil.	Revisão bibliográfica	O ambiente escolar precisa ser inclusivo, tanto em termos de estrutura quanto de investimento na formação docente.
Silva (2014)	A formação dos professores de atendimento especializado de Goiás.	Revisão exploratória com pesquisa na Universidade Federal de Goiás, incluindo encontros mensais	O Brasil tem adotado estratégias para valorizar os alunos e suas necessidades específicas.
Sousa (2021)	Os desafios na atuação do professor da sala de recursos multifuncionais nos anos iniciais do ensino fundamental em escolas do município de Tomé-Açú-PA	Pesquisa de campo realizada em três escolas municipais com professores especializados em Educação Especial	Identificou-se que os professores da área de atendimento educacional especializado carecem de formação específica.

Fonte: Dados produzidos pela pesquisadora.

Bustamante e Souza (2020) destacam que, apesar dos avanços teóricos e legais no âmbito da educação inclusiva, a prática enfrenta limitações significativas. As autoras apontam que a ausência de estruturas adequadas, a insuficiência na formação de professores e a falta de ferramentas específicas prejudicam a efetividade do ensino colaborativo, essencial para o desenvolvimento pleno de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esse contexto ressalta a importância de investimentos na escola “Camila Mota” para garantir espaços adequados e suporte especializado.

De maneira complementar, Oliveira (2022) evidencia que, na educação infantil, a inclusão enfrenta desafios relacionados à qualificação docente e ao apoio familiar. Embora a pesquisa não trate diretamente de alunos com este distúrbio, os achados reforçam a necessidade

de formação contínua para educadores e a integração das famílias no processo educacional, aspectos cruciais para a implementação de um ensino inclusivo eficaz para estudantes autistas.

A análise de Santos (2021) sobre a educação inclusiva no Brasil também contribui para essa discussão ao enfatizar que o ambiente escolar deve ser adaptado não apenas em termos de infraestrutura, mas também na qualificação dos profissionais que nele atuam. A realidade descrita por Santos sugere que iniciativas de formação e capacitação específica para o atendimento de alunos autistas podem ser um fator determinante no sucesso da inclusão escolar.

No estudo de Silva (2014), observa-se que os professores que trabalham no atendimento educacional especializado frequentemente não possuem formação adequada. A experiência da pesquisa na Universidade Federal de Goiás, que incluiu encontros mensais de capacitação, demonstra que a formação colaborativa pode ser um caminho para a melhoria pedagógica. Essa abordagem poderia ser aplicada na escola “Camila Mota”, promovendo um ambiente de formação contínua para os educadores que lidam com alunos autistas.

Por fim, Sousa (2021) ressalta que as legislações sobre educação especial inclusiva carecem de reestruturação e que o empenho dos profissionais, aliado ao acesso a materiais pedagógicos, formação e infraestrutura, é essencial para alcançar uma inclusão completa. Esses fatores são diretamente aplicáveis à realidade da escola “Camila Mota”, onde a inclusão de alunos autistas depende de um alinhamento entre a prática pedagógica e as políticas públicas.

Dessa forma, a literatura analisada corrobora a relevância de se investigar e aprimorar as condições de atendimento educacional para autistas na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Camila Mota”. Para que o direito à educação inclusiva seja garantido, é imprescindível que se invista na formação de professores, na acessibilidade dos espaços e na adequação de práticas pedagógicas que considerem as peculiaridades dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A colaboração entre diferentes atores, incluindo governo, instituições de ensino, profissionais da saúde, famílias e organizações da sociedade civil, é essencial para promover uma abordagem integrada e abrangente na promoção da Educação Inclusiva para autistas em ES. Parcerias colaborativas podem facilitar o compartilhamento de recursos, experiências e melhores práticas, fortalecendo assim os esforços de inclusão.

Estes estudos destacam o impacto positivo da Educação Inclusiva na vida dos autistas, fornecendo oportunidades de aprendizagem, socialização e desenvolvimento pessoal. A inclusão educacional pode contribuir para o aumento da autoestima, independência e participação social dos alunos autistas, preparando-os para uma vida mais plena e produtiva na

sociedade.

Embora haja uma quantidade significativa de pesquisas sobre a Educação Inclusiva para autistas no ES, ainda existem lacunas de conhecimento que requerem investigações adicionais. Estudos longitudinais, avaliações de programas de intervenção e análises comparativas entre diferentes abordagens educacionais podem fornecer insights importantes para orientar políticas e práticas futuras.

A revisão da literatura destaca a complexidade e a importância da Educação Inclusiva para autistas em Espírito Santo. Embora haja desafios significativos a serem enfrentados, também existem oportunidades importantes de melhoria e avanço na promoção da inclusão educacional desses alunos. Ao continuar a explorar e aplicar as evidências disponíveis, podemos avançar na construção de um sistema educacional mais inclusivo e equitativo para todos.

Objetivo geral

Apresentar e analisar as condições existentes para o atendimento dos alunos(as) autistas na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camila Motta.

Objetivos específicos

1. Descrever a estrutura existente e disponível na Escola Estadual de ensino Fundamental e Médio “Camila Motta” para a inclusão de alunos(as) autistas
2. Descrever os recursos disponíveis na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Camila Motta” para o atendimento e inclusão de alunos(as) autistas.
3. Propor recomendações pedagógicas e práticas para melhorar a inclusão educacional de alunos autistas na Escola.

Características da pesquisa

Em seu enfoque, esta é pesquisa é qualitativa e bibliográfica, pois baseia-se no exame e análise de documentos educacionais, disponíveis na escola, referentes à educação inclusiva. É também um estudo de caso simples, na medida em que historia e descreve as condições existentes na escola para a realização da inclusão de alunos(as).

De acordo com Pizzani *et al.* (2012, p. 2), uma pesquisa bibliográfica envolve a análise da literatura existente, explorando as principais teorias que orientam o trabalho científico. Conforme mencionado pelo autor citado, pode abranger uma variedade de fontes,

como livros, periódicos, artigos de jornais, recursos online e outros (GIL, 2008).

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (Boccato, 2006, p. 266).

Este trabalho é classificado como uma pesquisa bibliográfica, construída a partir de fontes como artigos, livros, revistas e monografias previamente investigados. O principal propósito desse estudo é fomentar reflexões significativas sobre o tópico abordado. As metodologias e abordagens adotadas envolvem a análise crítica das obras de diversos autores, incluindo, entre outros, Vitta (2010), Galan (2017), Santos (2017), De Deus (2021) e Carvalho (2016). Essas fontes são essenciais para a busca de respostas e soluções para as questões relacionadas ao processo de inclusão e para evidenciar o papel fundamental do professor nesse contexto.

A escolha das fontes bibliográficas para este trabalho seguiu critérios de relevância, autoridade dos autores, diversidade de perspectivas, atualidade e pertinência do conteúdo. Foram selecionadas obras de autores reconhecidos na área da educação especial, como Vitta (2010), Galan (2017), Santos (2017), De Deus (2021) e Carvalho (2016), que oferecem uma análise crítica e aprofundada sobre o processo de inclusão escolar e o papel do professor.

A pesquisa bibliográfica é embasada em estudos previamente publicados, exigindo que o pesquisador se dedique à leitura, reflexão, análise e à produção de conteúdo a partir do que foi investigado. De acordo com Severino (2007), a pesquisa bibliográfica é conduzida com base na premissa de que os textos representam a fonte primária de conhecimento em pesquisas, utilizando informações e teorias desenvolvidas por outros pesquisadores que se adequam ao escopo do estudo. Essa abordagem é essencial para fundamentar o trabalho, sendo que muitos dos materiais bibliográficos podem ser acessados na internet (GIL, 2002).

[...] a atividade científica é um atributo de todos aqueles que queiram de verdade se dedicar à atividade de descobertas de novos conhecimentos, procurar novas relações onde elas aparentemente são impossíveis, descortinar pensamentos e teorias e colocá-las a serviço do que se pretende entender (Demo, 2017, p. 39).

A escolha de um caso específico, como a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio "Camila Motta", permite explorar em detalhes as questões e desafios enfrentados pelos professores que realizam atendimento educacional para autistas nessa instituição. Ao mesmo

tempo, a abordagem bibliográfica proporciona um embasamento teórico sólido, situar o caso dentro do contexto mais amplo da literatura existente sobre Transtorno do Espectro Autista (TEA), educação inclusiva e práticas pedagógicas.

Dessa forma, esta pesquisa proporciona uma oportunidade única de investigar como o atendimento educacional para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), por meio de uma análise aprofundada de casos, aliada a uma revisão crítica da literatura existente. Essa metodologia pode fornecer insights valiosos para a prática educacional e contribuir para o desenvolvimento de políticas e intervenções mais eficazes no campo da educação inclusiva.

Nesse contexto, foi essencial procurar uma base teórica e metodológica que permitisse a contextualização e compreensão do tema selecionado. Isso capacitaria o futuro educador/pesquisador a estudar e aprender a situar seu modelo de pesquisa com base em um corpo teórico abrangente. Além disso, possibilitaria o respaldo das analogias e diagnósticos obtidos ao longo da pesquisa.

Na seção 1, será apresentada a base teórica desta pesquisa. Serão explorados tópicos como definição e classificação do Transtorno do Espectro Autista (TEA), características e sintomas, teorias sobre as causas, fatores de risco e proteção, bem como abordagens de intervenção e tratamento recomendadas. Esta seção fornecerá uma compreensão aprofundada do Transtorno do Espectro Autista (TEA), que servirá como fundamento para a análise dos dados da pesquisa.

Na seção 2, serão apresentados os dados obtidos pela pesquisa, os quais serão analisados e discutidos em seus aspectos positivos e negativos. Ainda que a escola no Brasil procure atender ao enorme desafio que é receber o(a) aluno(a) e oferecer ele(ela) as melhores condições, certamente a questão não estará esgotada.

SEÇÃO 01 – BASE TEÓRICA DA PESQUISA

1.1 - Transtorno do Espectro Autista

Em períodos anteriores da história, mais precisamente, durante a Idade Média, crianças e adultos com problema de inserção social eram postas à margem da família e da sociedade. Acreditava-se que o problema fosse um castigo de Deus, em razão, quem sabe, dos pecados da família. Por esse motivo, tinham poucas chances de se integrarem à vida social. Para muitas famílias, essas crianças e adultos se constituíam em uma vergonha.

Foucault (1978) descreve a vida dos não incluídos na sociedade, perambulando em uma nave que singrava as águas do Rio Reno na Alemanha. Eram ali postos por suas famílias e só viam seus familiares, quando o barco passava por um porto vizinho. Dentro do barco, a mão de obra desses não incluídos era explorada. Faziam rosários e objetos da fé, para serem vendidos nas igrejas.

O Transtorno do Espectro Autista – TEA – também chamado de autismo, tornou-se um problema importante para a saúde e a educação no Brasil. Enquanto o custo médico no tratamento convencional do câncer alcançou 8,7% em 2023, com o tratamento médico, utilizado no TEA, alcançou 9% do dispêndio dos planos de saúde (Cunha, 2024, p. A2).

Por não ser ainda bem conhecido em todos os seus aspectos, permite um amplo espectro de terapias, o que impacta o custo final do tratamento. Mais ainda, por não haver ainda profissionais preparados à disposição, o processo terapêutico pode se tornar algo parecido com ensaio e erro. Enquanto isso, as famílias exigem eficiência no tratamento do TEA.

De acordo com Pires & Jou (*apud* Mattos *et al*, 2016, p. 55), “no Brasil há, aproximadamente, 600 mil pessoas, afetadas por essa patologia, considerando somente a forma típica do transtorno. A prevalência é de quatro meninos para uma menina. Neste cenário tumultuado, a escola padece com os limites que lhes são impostos, sobretudo com a carência de recursos humanos atuais.

Foi inicialmente denominado como Transtorno do Espectro Autista (TEA) infantil, sendo identificado pelo médico suíço Eugen Bleuler em 1911. Posteriormente, em 1943, Leo Kanner aprofundou a compreensão dessa condição ao observar 11 crianças, a partir das quais descreveu características fundamentais da patologia. Em sua pesquisa, Kanner identificou os seguintes aspectos principais: a) dificuldades na interação afetiva e social; b) agressividade; c) comportamentos estereotipados; d) ecolalia (Porciuncula, 2016, p. 29)

Desde sua descoberta, tornou-se um grande desafio neurológico e psiquiátrico para a saúde e para a educação escolar. No Brasil, agravam-se mais as coisas, pois a escola de ensino

fundamental, sobretudo, não dispõe da presença do psicólogo educacional em seus quadros. Central no corpo docente da escola é o pedagogo, o qual se preocupa mais com o funcionamento do processo pedagógico. O diagnóstico é bastante complexo, pois é necessária uma combinação de no mínimo 6 fatores para realizá-lo, a saber:

1. Alteração dos comportamentos não verbais
2. Dificuldade no estabelecimento de relações com companheiros
3. Desinteresse em partilhar emoções
4. Demora para desenvolver a linguagem
5. Comportamentos repetitivos estereotipados
6. Incapacidade de compreender os comportamentos de faz-de-conta.

A escola recebe a criança com o transtorno de espectro autista, mas não está preparada para lidar com os problemas. Se a escola se localizar longe dos grandes centros urbanos, a situação certamente torna-se mais delicada. Em algumas escolas, ouvem-se narrativas de que crianças com TEA ficam isoladas e são tratadas como perigo, a ser mantido distante do convívio com outras crianças.

1.2 – Características do Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Embora ainda não se trate de uma conclusão definitiva, indica-se que crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresentam um desenvolvimento neuronal distinto nas áreas responsáveis pela linguagem, especificamente no lobo parietal esquerdo, relacionado à região de Broca, e no lobo occipital esquerdo, que envolve a região de Wernicke (Thompson, 2005). Esses achados sugerem que tais crianças enfrentam maiores dificuldades no desenvolvimento da linguagem, o que prejudica sua capacidade de utilizar a comunicação interpessoal. Como afirmam Renzo & Nicola:

Como se sabe, a principal dificuldade da criança autista é a comunicação e isso torna bastante complexa toda e qualquer forma de interação, o que, nestes anos todos, demonstrou a pouca eficácia de alguns instrumentos terapêuticos que tentaram uma abordagem com esta finalidade (Renzo & Nicola, 2012, p. 1).

Se esta hipótese se confirmar, talvez a linguagem seja o maior dos problemas das crianças autistas, pois não sendo capaz de interagir com outras crianças, suas relações afetivas tornam-se problemáticas. Em razão do cérebro ser um órgão com enorme capacidade adaptativa, esse problema pode ser contornado, mas requer conhecimentos linguísticos por parte do educador e do terapeuta.

Outro sintoma bastante comum é o uso que a criança faz da linguagem. Para ela, a metáfora, a sinédoque e a metonímia não são formas de face compreensão. Por exemplo, dizer para uma criança autista que ela é um gato não funciona, pois ela vai dizer que não é um gato. Se insistir na imagem metafórica, a criança autista fica muito aborrecida.

Segundo Changeux (1996), o hemisfério esquerdo do cérebro concentra e exerce duas funções importantes na linguagem, a saber, articular os sons e associá-los ao sentido que eles veiculam. Já o hemisfério direito, segundo ele, estaria mais voltado para as operações lógicas e matemáticas. Daí a metáfora não de fácil compreensão para a criança autista.

Essas e outras descobertas ainda não estão amplamente acessíveis a muitos educadores e terapeutas. A questão da linguagem, embora não seja necessariamente o único fator crucial, é certamente um dos elementos mais relevantes na terapia do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Estas crianças frequentemente exibem movimentos repetitivos, especialmente quando estão nervosas. Incapazes de se expressar facilmente, elas tendem a intensificar suas dificuldades nas interações interpessoais, frequentemente resultando em frustrações. Estabelecer vínculos afetivos estáveis também se revela um desafio, já que a deficiência na linguagem compromete essa capacidade. Seu ciclo de atividades é, portanto, predominantemente solitário, pois, em virtude da falta de linguagem, essas crianças permanecem imersas em seu próprio mundo.

No entanto, dada a grande plasticidade da rede neuronal, é possível que essas limitações sejam mitigadas por meio de intervenções terapêuticas educacionais, como demonstrado por diversos casos que corroboram essa hipótese.

Como aponta Vygotsky (1988), o desenvolvimento cognitivo está profundamente marcado pelo social. Sem o outro não há interação social. Para a criança desenvolver a competência da linguagem é garantir a superação de outros limites que lhe foram impostos. Nesse sentido, o educador e o terapeuta não têm como não considerar a mudança da capacidade de comunicação a principal variável.

Para Jean Piaget, a linguagem não apresentava importância especial, pois ele estava à procura do desenvolvimento sobretudo matemático. Em razão disso, não concedeu à linguagem o poder que ela tem no desenvolvimento da criança. Lev S. Vygotsky, ao contrário, viu na linguagem o fator principal do desenvolvimento e da formação da mente.

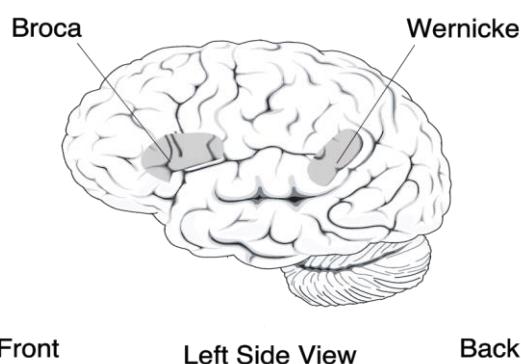
1.3 - A importância da linguagem

A linguagem, este sistema de sons acoplados a um sistema de conceitos, na evolução dos humanos, talvez seja o item mais impressionante. Os sons, tendo sido transformados em símbolos, ao longo da evolução dos humanos, ao ser associado com o sistema de conceitos, permitiu uma economia incalculável de envolvimento dos neurônios nas atividades cognitivas. Uma fotografia de uma casa, por exemplo, mobiliza muito mais neurônios para expô-la que a palavra /kaza/ na sua forma oral.

A consequência dessa revolução na evolução foi que sistemas complexos, tais como, a própria linguagem, a música, a matemática, os desenhos, entre outras conquistas, foram incorporados à competência humana. A economia de neurônio no processo cognitivos permitiu o avanço fantástico da inteligência e da memória.

Uma criança, aos 18 meses já comprehende cerca de 15 palavras e aos 60 meses, conhece milhares de palavras (Pinker, 1994). Por meio da linguagem, ela constrói um mundo pessoal e socialA comunicação e o pensamento são processos contínuos que envolvem todos os indivíduos. No caso de uma criança surda, por exemplo, se ela não aprender a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), estará limitada ao universo das imagens. De fato, seu desenvolvimento cognitivo estará significativamente comprometido, uma vez que a linguagem é essencial para a construção do pensamento e a plena inserção no contexto social e comunicativo.

Figura 1 - Processadores linguísticos



Fonte: [Https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/03/BrocasAreaSmall.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/03/BrocasAreaSmall.png)

A criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), de modo semelhante, mas não igual, se não desenvolver sua capacidade linguística, estará sujeita a permanecer em um mundo social bem mais limitado. Sua vida social estará comprometida, se não for auxiliada pr um processo terapêutico adequado.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica complexa que

impacta o desenvolvimento das habilidades comunicativas, das interações sociais e dos comportamentos. Suas manifestações variam significativamente entre os indivíduos, com diferentes níveis de gravidade, e são observadas desde a infância, persistindo ao longo da vida. De acordo com a American Psychiatric Association (2013), se caracteriza por déficits persistentes nas áreas da comunicação e interação social, acompanhados por padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.

Uma das principais características é a dificuldade na comunicação, que pode envolver tanto a linguagem verbal quanto a não verbal. Indivíduos frequentemente apresentam atrasos no desenvolvimento da linguagem e dificuldades em iniciar ou manter uma conversa (Lord *et al.*, 2020). Wing e Gould (1979) destacam que essas dificuldades comunicativas podem variar desde a ausência total de linguagem falada até a presença de uma linguagem complexa, mas com dificuldades em usar a linguagem de forma pragmática.

As dificuldades na interação social são outra característica central. Indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) podem ter dificuldade em expressar empatia e estabelecer ou manter relacionamentos interpessoais (Baron-Cohen, 2000). Além disso, a compreensão de pistas sociais, como gestos e expressões faciais, pode ser limitada, o que dificulta a reciprocidade emocional necessária para interações sociais bem-sucedidas. Segundo Sigman e Capps (1997), essas dificuldades podem levar ao isolamento social e a desafios significativos na formação de amizades e outros relacionamentos.

Os comportamentos repetitivos e os interesses restritos são aspectos distintivos. Indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) frequentemente exibem padrões repetitivos de comportamento, como balançar o corpo ou bater as mãos, e podem mostrar um apego rígido a rotinas (Leekam *et al.*, 2011). Além disso, eles podem ter interesses intensos e focados em tópicos específicos, o que pode limitar suas atividades e interações com os outros. Turner (1999) observa que esses comportamentos e interesses podem servir como uma forma de autoconforto ou uma maneira de lidar com a ansiedade.

A sensibilidade sensorial é outro aspecto importante, que pode se manifestar como hipersensibilidade ou hiposensibilidade a estímulos sensoriais, como luz, som, textura, cheiro e sabor (Ben-Sasson *et. al.*, 2009). Essa sensibilidade alterada pode afetar significativamente a vida diária dos indivíduos, influenciando suas preferências alimentares, suas reações a ambientes barulhentos ou iluminados, e até mesmo suas escolhas de roupas. Dunn (1997) sugere que essas respostas sensoriais atípicas são uma parte intrínseca do perfil comportamental do TEA e precisam ser consideradas ao planejar intervenções.

Comportamentos desafiadores, como agressão física e autolesão, são frequentemente observados em indivíduos e podem representar um desafio significativo para pais e cuidadores (Matson & Nebel-Schwalm, 2007). Além disso, a dificuldade em lidar com mudanças e transições pode levar a episódios de ansiedade e comportamentos disruptivos. Esses comportamentos podem ser uma forma de comunicação ou uma resposta ao estresse e à frustração (Durand & Merges, 2001). Intervenções comportamentais e estratégias de suporte são essenciais para ajudar a manejar esses comportamentos e melhorar a qualidade de vida dos indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias.

As causas exatas não são totalmente compreendidas, mas acredita-se que envolvam uma combinação complexa de fatores genéticos e ambientais. Estudos sugerem que múltiplos genes podem estar envolvidos, e fatores ambientais, como complicações durante a gravidez e exposições a certas substâncias, também podem contribuir para o desenvolvimento do Transtorno do Espectro Autista (TEA) (Sandin *et al.*, 2014). Geneticistas como Geschwind (2011) destacam a natureza poligênica do TEA, onde múltiplos genes interagem para aumentar o risco de desenvolvimento do transtorno. Além disso, fatores como idade avançada dos pais e certas condições obstétricas também têm sido associados a um risco aumentado (King *et al.*, 2009).

É importante ressaltar que nem todas as pessoas apresentam todos os sintomas descritos, e a gravidade e a manifestação dos sintomas podem variar amplamente de uma pessoa para outra. Algumas pessoas podem ter dificuldades significativas na comunicação e interação social, enquanto outras podem exibir habilidades excepcionais em áreas específicas, como matemática, música ou arte (Happé & Frith, 2009). O conceito de "espectro" reflete essa variabilidade, indicando que há uma ampla gama de apresentações e níveis de severidade (Wing *et al.*, 2011).

Intervenções precoces e individualizadas são cruciais para auxiliar a desenvolver habilidades de comunicação e sociais. Terapias comportamentais, ocupacionais e fonoaudiológicas, assim como suporte educacional e social, são frequentemente utilizados para melhorar a qualidade de vida e promover a independência (Dawsin & Burner, 2011). A intervenção precoce, especialmente, tem mostrado ser eficaz na melhora dos resultados a longo prazo para crianças (Rogers & Vismara, 2008). Além disso, a participação ativa dos pais e cuidadores no processo de intervenção é essencial para maximizar os benefícios das terapias (Smith *et al.*, 2000).

Portanto, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição complexa e

multifacetada que requer uma compreensão e abordagem individualizada. O apoio adequado pode fazer uma diferença significativa na vida das pessoas, ajudando-as a alcançar seu potencial máximo e a participar plenamente na sociedade. Com o avanço das pesquisas e a implementação de intervenções eficazes, há esperança de que a qualidade de vida das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) continue a melhorar (Lord *et al.*, 2020). O papel da comunidade, dos educadores, dos profissionais de saúde e dos formuladores de políticas é fundamental para garantir que as necessidades das pessoas sejam atendidas de maneira holística e compassiva.

1.4 - História do Atendimento Educacional Especializado

O atendimento educacional especializado (AEE) foi criado para promover suporte para os alunos deficientes facilitando o acesso ao currículo.

Conforme o Decreto n° 6571, em 17 de setembro de 2008:

Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Considera-se um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidades para eliminar diversos contratemplos para que os alunos consigam participar adequando suas necessidades específicas. Ele deve ser adaptado com a proposta da escola regular, mesmo que suas atividades diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum.

A história é marcada por uma evolução gradual que reflete a crescente conscientização sobre a necessidade de inclusão e igualdade de oportunidades para pessoas com necessidades educacionais especiais, explorando alguns marcos históricos.

O desenvolvimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Brasil e no mundo passou por diversas fases marcadas por mudanças significativas nas políticas educacionais e sociais. Historicamente, as pessoas com deficiência eram frequentemente excluídas da educação formal, especialmente durante a Antiguidade e a Idade Média, quando a atenção às necessidades educacionais especiais era quase inexistente. Naquela época, havia pouca compreensão das diferentes condições de deficiência, e as práticas educativas eram voltadas apenas para aqueles considerados "normais" segundo os padrões da sociedade.

No século XVIII e XIX, surgiram as primeiras iniciativas educacionais voltadas especificamente para alunos com deficiências, como as escolas para cegos e surdos. Exemplos notáveis incluem o Instituto Nacional de Jovens Cegos, fundado na França por Valentin Hauy em 1784, e a Escola Nacional para Surdos, criada nos Estados Unidos em 1817. Essas instituições pioneiras marcaram o início de uma preocupação com a educação de pessoas com necessidades especiais, ainda que dentro de um modelo segregacionista.

O século XX foi um período de grande progresso na educação especial, impulsionado em parte pelas duas Guerras Mundiais, que resultaram em um grande número de veteranos com deficiências físicas e mentais. Essas circunstâncias despertaram um interesse renovado em proporcionar educação e treinamento adequados para essas pessoas, o que levou ao desenvolvimento de novas abordagens pedagógicas e à criação de mais escolas especializadas.

Na década de 1960, movimentos de direitos civis começaram a ganhar força, especialmente nos Estados Unidos, onde o Relatório Kener (1968) destacou a necessidade urgente de educação especializada. Durante esse período, aumentou a conscientização sobre a importância da inclusão de pessoas com deficiências na sociedade, o que culminou na criação de legislações que protegiam seus direitos à educação.

Um marco significativo nesse contexto foi a Lei de Educação dos Indivíduos com Deficiência (IDEA), promulgada nos Estados Unidos em 1975. Essa lei exigia que todas as crianças com deficiência fossem educadas em escolas públicas, em um ambiente o mais normalizado possível. Esse princípio de "educação para todos" influenciou políticas educacionais em todo o mundo, incluindo o Brasil.

A partir de 1990, convenções internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) de 2006, passaram a enfatizar a inclusão e a igualdade de oportunidades na educação. Essas convenções influenciaram a formulação de políticas públicas que visavam integrar alunos com deficiências nas escolas regulares, promovendo um ambiente educacional mais inclusivo.

No Brasil, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) desenvolveu-se como uma modalidade de apoio à educação inclusiva. O AEE concentra-se em oferecer recursos, estratégias e atendimento personalizado a alunos com deficiências, transtornos ou dificuldades de aprendizagem, garantindo que eles possam participar plenamente do processo educacional. Essa modalidade de atendimento é oferecida de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular, visando eliminar barreiras e garantir que todos os alunos tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizado.

O AEE representa um avanço significativo em relação às práticas educativas do passado, quando os alunos com deficiências eram frequentemente segregados e excluídos do sistema educacional regular. Hoje, o AEE busca integrar esses alunos às escolas regulares, promovendo a inclusão e garantindo que eles recebam o apoio necessário para desenvolver suas potencialidades. O desenvolvimento contínuo do AEE reflete uma mudança de paradigma na educação, onde a diversidade é valorizada e todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou desafios, são vistos como membros plenos da comunidade escolar.

Contudo, desempenha um papel vital na promoção da inclusão e da igualdade de oportunidades na educação. Os professores trabalhando em conjunto com educadores regulares, desempenham papel na adaptação dos currículos escolares, desenvolvimento de estratégias pedagógicas individualizadas e na construção de um ambiente de aprendizado inclusivo. A história demonstra a evolução em nossa compreensão das necessidades de educação especial e o compromisso crescente com a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas capacidades e desafios.

1.5 - História do AEE no brasil

A história do atendimento educacional no Brasil reflete uma jornada marcada por desafios, avanços e mudanças significativas nas políticas educacionais ao longo do tempo. Aqui estão alguns marcos importantes na história do AEE no Brasil apresentado no quadro 02:

Quadro 2 - História do AEE no Brasil

Marco Histórico	Descrição
1950	No Brasil, as ações iniciais de atendimento a pessoas com deficiência foram predominantemente realizadas por instituições filantrópicas e religiosas. Essas instituições desempenhavam um papel essencial na educação de crianças com deficiência, embora o acesso fosse limitado.
1970	Durante este período, houve um aumento na conscientização sobre a necessidade de educação especial no Brasil. Em 1973, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) reconheceu a educação especial como uma modalidade de ensino, e em 1974 foi criado o Movimento de Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência (MIPD).

1980	A Constituição Brasileira de 1988 trouxe importantes mudanças na educação, reforçando o direito à educação para todos, independentemente de suas condições. A educação especial foi incluída na Constituição, que estabeleceu a igualdade de direitos e oportunidades.
1990	A Lei de Educação Especial (Lei nº 9.394/96) e o Decreto nº 3.298/99 representaram marcos significativos. Eles regulamentaram a educação especial no Brasil e destacaram a importância do AEE como um serviço complementar, que deveria ser oferecido em parceria com a educação regular.
2000 em diante	A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) representou um avanço notável na promoção da inclusão. Essa política enfatiza a responsabilidade do sistema educacional em atender às necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências.
Ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	Em 2008, o Brasil ratificou a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, comprometendo-se a promover a educação inclusiva e o acesso à educação de qualidade para todos.
Evolução Contínua	O Brasil continuou a avançar na promoção da inclusão na educação, investindo em formação de professores, adaptação de currículos e fornecimento de recursos para alunos com deficiências.

Fonte: Dados produzidos por esta pesquisadora.

O AEE no Brasil tem evoluído em resposta a uma crescente ênfase na inclusão e na igualdade de oportunidades. Hoje, o sistema educacional brasileiro se esforça para oferecer um atendimento educacional especializado que atenda às necessidades de alunos com deficiências, transtornos ou dificuldades de aprendizagem, com o objetivo de garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade e que a diversidade seja valorizada em todo o sistema de ensino.

1.6 - Conceito da educação especial para a educação inclusiva

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva representa um paradigma

educacional que reconhece e valoriza a diversidade de habilidades, necessidades e características de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências, transtornos de aprendizagem ou outras condições que possam exigir apoio especializado. Essa abordagem se baseia em princípios fundamentais que promovem a igualdade de oportunidades e o pleno acesso à educação para todos, independentemente de suas diferenças individuais. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

a educação especial deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para a garantia do acesso e a permanência de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 1996).

Alguns dos princípios e características-chave da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva incluem:

1. Valorização da diversidade: Reconhece que a diversidade é uma característica natural da sociedade e, portanto, deve ser refletida no ambiente educacional. Cada aluno é único e traz suas próprias habilidades e desafios para a sala de aula.
2. Acesso universal: Defende que todos os alunos têm o direito de acessar e participar plenamente da educação em escolas regulares. Isso significa que as barreiras físicas, atitudinais e pedagógicas devem ser superadas.
3. Atendimento individualizado: Reconhece que os alunos podem ter necessidades diferentes e, portanto, a educação deve ser adaptada para atender a essas necessidades de maneira individualizada. Isso pode envolver a adaptação de currículos, o uso de estratégias pedagógicas diferenciadas e a disponibilidade de recursos de apoio.
4. Trabalho colaborativo: Promove a colaboração entre professores, especialistas em Educação Especial, famílias e outros profissionais para garantir um ambiente de apoio abrangente.
5. Prevenção e identificação precoce: Busca identificar as necessidades dos alunos o mais cedo possível, de modo a oferecer intervenções precoces e eficazes que possam maximizar o potencial de aprendizado de cada indivíduo.
6. Superação de estigmas: Combate a estigmatização e a exclusão social, trabalhando para promover uma cultura de respeito e aceitação.
7. Formação de professores: Enfatiza a importância da formação de professores em relação às práticas inclusivas e à compreensão das necessidades dos alunos com deficiências.

A Educação Especial na perspectivas da Educação Inclusiva visa superar as limitações das abordagens segregacionistas do passado, em que alunos com deficiências eram

frequentemente isolados em escolas especiais. Em vez disso, ela promove a ideia de que a inclusão de todos os alunos em escolas regulares beneficia a sociedade como um todo, pois prepara os estudantes para viverem em uma sociedade diversificada e contribui para a construção de comunidades mais inclusivas e justas. É uma abordagem que respeita os direitos humanos e tem ganhado reconhecimento e aceitação crescentes em todo o mundo como uma maneira de promover a igualdade e a equidade na educação.

1.7 - Educação inclusiva para crianças/jovens com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

A Educação Inclusiva para crianças e jovens com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um tema de grande importância e complexidade na área da educação. É uma condição neurobiológica que afeta o desenvolvimento da comunicação, interação social e comportamento, exigindo abordagens educacionais específicas para garantir uma participação plena e significativa desses indivíduos no ambiente escolar.

Segundo Fombonne (2009), “o número de casos de Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem aumentado significativamente nas últimas décadas, o que tem gerado uma demanda crescente por serviços educacionais adequados”. Nesse contexto, a Educação Inclusiva tem sido amplamente reconhecida como o modelo mais adequado para atender às necessidades educacionais de crianças e jovens, promovendo sua participação ativa em ambientes escolares regulares.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) estabelecem o direito à educação inclusiva para todas as pessoas, incluindo aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essas legislações preconizam a oferta de suportes e recursos necessários para a plena participação dos alunos autistas no ambiente escolar, respeitando suas individualidades e garantindo o acesso a uma educação de qualidade.

No entanto, a efetiva implementação da Educação Inclusiva para alunos enfrenta desafios diversos. Segundo Matson e Shoemaker (2019), a falta de formação adequada de professores, a escassez de recursos especializados, a necessidade de adaptação curricular e a promoção da aceitação e do respeito à diversidade no ambiente escolar são alguns dos desafios enfrentados pelas escolas e profissionais da educação.

Em suma, a Educação Inclusiva para crianças e jovens com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um desafio complexo, porém fundamental, no contexto educacional. A implementação eficaz desse modelo requer o engajamento de diversos atores, incluindo

professores, gestores escolares, famílias e profissionais especializados, visando garantir o pleno acesso e participação desses alunos no ambiente escolar.

1.8 - Educação inclusiva para crianças/jovens com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no estado de Espírito Santo

A Educação Inclusiva para autistas no Estado do Espírito Santo é fundamental, para compreender os desafios, avanços e perspectivas relacionadas à inclusão desses alunos no sistema educacional do estado. Espírito Santo, enfrenta desafios significativos na implementação de políticas educacionais inclusivas que atendam às necessidades específicas dos alunos autistas.

Uma das principais questões discutidas diz respeito à formação e capacitação dos profissionais da educação:

A falta de preparo adequado dos professores para lidar com alunos autistas é um desafio recorrente, o que pode impactar negativamente a qualidade da educação oferecida. Estratégias de formação continuada e programas de capacitação específicos para lidar com as necessidades dos alunos autistas são essenciais para promover uma educação inclusiva de qualidade (MATSON E SHOEMAKER, 2019).

Além disso, a disponibilidade de recursos e suportes adequados nas escolas é uma preocupação central. Muitas vezes, as escolas enfrentam dificuldades para fornecer os recursos necessários, como salas de recursos multifuncionais, profissionais de apoio especializado, material didático adaptado e tecnologias assistivas. A falta desses recursos pode comprometer o processo de inclusão e o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos autistas.

Outro aspecto relevante é a necessidade de adaptação curricular e pedagógica para atender às necessidades específicas dos alunos autistas. É fundamental que as escolas adotem práticas pedagógicas inclusivas e flexíveis, que levem em consideração as características individuais dos alunos, promovendo uma aprendizagem significativa e acessível a todos.

A promoção de uma cultura escolar inclusiva e acolhedora também é essencial. A conscientização e a sensibilização da comunidade escolar, incluindo alunos, professores, gestores e funcionários, são fundamentais para criar um ambiente de respeito à diversidade e combater o preconceito e a discriminação.

A formação inicial dos professores para a educação inclusiva é um aspecto fundamental para garantir que os educadores estejam preparados para atender às necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras necessidades especiais. Embora a formação inicial possa variar dependendo da instituição de ensino e do curso específico, há algumas diretrizes gerais que podem ser consideradas.

As abordagens teóricas e conceituais abrangem cursos de formação inicial devem incluir uma base teórica sólida sobre os princípios da educação inclusiva e os direitos das pessoas com deficiência, incluindo legislação pertinente, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Isso inclui o entendimento do conceito de diversidade, o papel do professor como facilitador da aprendizagem e a importância da adaptação curricular.

Os estágios supervisionados em escolas inclusivas são fundamentais para que os cursos de formação inicial de professores integrem experiências práticas em instituições que implementam a inclusão de alunos com deficiência, incluindo o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esses estágios proporcionam aos futuros educadores a oportunidade de vivenciar, de maneira direta, os desafios pedagógicos e as estratégias necessárias para atender às demandas de alunos em um ambiente educacional inclusivo.

Os desenvolvimentos de habilidades pedagógicas específicas proporcionam oportunidades para o desenvolvimento de habilidades pedagógicas específicas relacionadas à educação inclusiva. Isso inclui estratégias de ensino diferenciadas, adaptações curriculares, uso de tecnologias assistivas, manejo de comportamentos desafiadores e promoção da participação e interação dos alunos.

A sensibilização e conscientização dos futuros professores devem ser centradas na compreensão das necessidades e potencialidades dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras deficiências. Isso envolve o aprofundamento no conhecimento das características da patologia, suas implicações no processo de aprendizagem e desenvolvimento, bem como nas estratégias de apoio e práticas inclusivas necessárias para promover uma educação eficaz e acessível.

O trabalho em equipe e parcerias enfatizam a importância do trabalho em equipe e parcerias colaborativas na promoção da inclusão educacional. Isso inclui a colaboração com profissionais de apoio, famílias, especialistas em educação especial e outros profissionais da escola para garantir o apoio adequado aos alunos.

A avaliação e acompanhamento devem abordar estratégias de avaliação e acompanhamento dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras necessidades especiais, garantindo que as práticas de avaliação sejam justas, equitativas e sensíveis às diferenças individuais dos alunos.

1.9 - Sala de recursos multifuncionais

A Portaria Normativa nº 13, de 24 de abril de 2007, estabelece diretrizes para a criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. O propósito da criação deste programa é fornecer apoio aos sistemas públicos de ensino na estruturação e disponibilização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e, ao mesmo tempo, contribuir para o aprimoramento do processo de inclusão educacional nas salas de aula regulares.

As Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) são espaços dentro das escolas destinados a atender alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação que frequentam o ensino regular. Essas salas são concebidas como ambientes versáteis e equipados com recursos, materiais e profissionais especializados, a fim de proporcionar suporte educacional personalizado e apoio adicional aos alunos que deles necessitam.

Aqui estão alguns pontos-chave sobre as Salas de Recursos Multifuncionais:

1. Recursos e materiais diversificados: as SRMs são equipadas com materiais pedagógicos, tecnológicos e recursos específicos para atender às necessidades dos alunos. Isso pode incluir softwares educacionais, equipamentos de adaptação, materiais didáticos especializados e recursos de acessibilidade, como pranchas de comunicação alternativa.
2. Profissionais especializados: Geralmente, as salas contam com a presença de professores especializados em Educação Especial, psicopedagogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, entre outros profissionais que trabalham em conjunto com os professores da sala regular para desenvolver estratégias e planos de ensino adaptados.
3. Atendimento individualizado: Um dos principais objetivos é fornecer um atendimento educacional individualizado aos alunos, os profissionais nessas salas trabalham em estreita colaboração com os alunos, seus familiares e os professores da sala de aula regular para criar planos de atendimento personalizados que atendam às necessidades específicas de cada aluno.
4. Inclusão e apoio à sala de aula regular: Desempenham um papel importante na promoção da inclusão. Os alunos frequentam a sala de aula regular na maior parte do tempo e visitam a SRM para receber apoio adicional, adaptando os conteúdos e estratégias para garantir que possam participar do currículo da sala regular.
5. Desenvolvimento de habilidades: Visam desenvolver habilidades acadêmicas, sociais e de autonomia dos alunos. Os profissionais trabalham para superar as barreiras que

possam impedir o progresso educacional e promover a participação plena na vida escolar.

6. Colaboração e parceria: A comunicação e a colaboração entre os professores de SRM, professores da sala regular e familiares são fundamentais para o sucesso do aluno. O trabalho em equipe é fundamental para o planejamento e a implementação de estratégias de ensino eficazes.
7. Acessibilidade e adaptação: As SRMs são projetadas para serem acessíveis e adaptáveis às diferentes necessidades dos alunos, garantindo que todos tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver.

As Salas de Recursos Multifuncionais desempenham um papel vital na promoção da Educação Inclusiva, garantindo que alunos com deficiência e necessidades especiais tenham acesso a uma educação de qualidade em um ambiente regular de ensino. Elas representam um compromisso com a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade nas escolas. Como afirma o documento do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial:

As Salas de Recursos Multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (Brasil, 2006, p.13).

Segundo Cabral (2019) há dois tipos de SRM: a sala tipo 1, “composta por equipamentos e materiais didáticos, pedagógicos, microcomputadores, scanners, impressora à laser, recursos de tecnologia assistivas” (p. 33) e a sala tipo 2, “são salas que têm os mesmos elementos da Sala Tipo 1, acrescidas de recursos para alunos com deficiência visual, como impressora e máquina de datilografia Braille, reflete de mesa e punção, sorobã, kits de assinatura e de desenho geométrico, calculadoras sonoras” (p. 33).

Dessa maneira, com a implantação das salas de recursos multifuncionais nas escolas, o programa apoia que sejam utilizados os materiais pedagógicos que agem na diversificação e acessibilidade, para a realização do atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar à escolarização.

1.10 - A atuação do professor na Sala de Recursos Multifuncionais

O papel do profissional que atua nas Salas de Recursos Multifuncionais abrange diversos níveis e aspectos da escola, desde a direção e coordenação pedagógica até a interação

com as famílias dos alunos. Nos anos iniciais, seu trabalho se concentra em estabelecer uma colaboração eficaz entre o conteúdo a ser ensinado e o aluno. Isso inclui o acompanhamento do progresso acadêmico do aluno na sala de aula regular.

Dentro da SRM, o professor encarregado do Atendimento Educacional Especializado (AEE) assume a responsabilidade de realizar uma avaliação diagnóstica das necessidades dos alunos. A partir desse diagnóstico, o educador elabora um plano e cronograma, permitindo uma organização eficaz do conteúdo a ser ministrado. Esse planejamento é crucial para oferecer atendimento individualizado ou em pequenos grupos, de acordo com as necessidades e níveis de desenvolvimento de cada aluno. Além disso, o professor mantém registros de frequência dos alunos para garantir um acompanhamento adequado no âmbito educacional do ES.

Conforme estipulado no Artigo 13 da Resolução nº 4 de 2 de outubro de 2009, que estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na educação básica, na modalidade educação especial, são definidas as responsabilidades do professor do Atendimento Educacional Especializado:

- I - Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – Ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Conforme observado por Cardoso e Tartuci (2013, p. 3307), o Atendimento Educacional Especializado (AEE) opera como uma abordagem pedagógica que abrange todo o sistema da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), iniciando com sua organização e planejamento. Isso promove o desenvolvimento de metodologias e atividades de ensino adaptadas às necessidades dos alunos, além de fomentar o crescimento psicossocial desses educandos.

Essa promoção do desenvolvimento psicossocial ocorre através da interação entre alunos que compartilham o mesmo nível escolar e/ou idade. Essa interação contribui para o

aprimoramento cognitivo e social dos estudantes com deficiência, uma vez que eles demonstram maior interesse pelo ambiente ao seu redor e exibem comportamentos apropriados para sua faixa etária. A atuação do professor em relação a esses alunos deve priorizar a atenção e a interação estabelecida entre eles, tanto entre alunos com deficiência quanto entre aqueles sem deficiência. Isso tem o propósito de fomentar não apenas a aprendizagem acadêmica, mas também o desenvolvimento de relacionamentos interpessoais e o fortalecimento da autoestima dos alunos com deficiência. Tudo isso contribui para promover a inclusão na sala de aula (Rodrigues e Maranhe, 2010).

1.11 - Desafios dos professores no atendimento educacional especializado

Os professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) enfrentam uma série de desafios em sua prática profissional. Esses desafios decorrem da complexidade das necessidades dos alunos atendidos, da diversidade de perfis de deficiência e das demandas educacionais específicas. Aqui estão alguns dos principais desafios que os professores de AEE podem enfrentar:

- Diversidade de Necessidades: Alunos atendidos pelo AEE podem apresentar uma ampla gama de necessidades educacionais especiais, desde deficiências físicas e intelectuais até transtornos do espectro autista, transtornos de aprendizagem e dificuldades emocionais. Lidar com essa diversidade requer um conhecimento aprofundado e flexibilidade na adaptação de estratégias de ensino.
- Individualização do Ensino: O AEE exige que os professores criem planos de ensino altamente individualizados para cada aluno. Isso pode ser desafiador, pois demanda tempo, recursos e competências pedagógicas específicas.
- Falta de recursos: As salas de recursos multifuncionais muitas vezes têm recursos limitados, incluindo equipamentos, materiais pedagógicos e recursos tecnológicos. Os professores de AEE podem enfrentar dificuldades para acessar e utilizar os recursos necessários.
- Falta de tempo: Conciliar a atenção a alunos com deficiência na sala regular e o tempo dedicado à preparação de materiais e planos de aula personalizados no AEE pode ser uma tarefa desafiadora. Isso pode levar a uma carga de trabalho significativa.
- Parceria com professores regulares: A colaboração eficaz entre professores de AEE

e professores da sala regular é crucial para o sucesso dos alunos. No entanto, isso nem sempre é fácil, pois exige comunicação constante, planejamento conjunto e ajustes curriculares.

- Formação Contínua: A área de Educação Especial está em constante evolução, com novas pesquisas, abordagens e práticas emergindo. Os professores de AEE precisam se manter atualizados e buscar oportunidades de formação contínua para atender às necessidades em constante mudança dos alunos.
- Desafios comportamentais: Alunos com transtornos de comportamento podem apresentar desafios significativos na sala de aula. Os professores de AEE podem precisar de estratégias específicas para lidar com comportamentos desafiadores e promover a participação dos alunos.
- Envolvimento familiar: Envolver as famílias no processo educacional dos alunos é fundamental, mas pode ser complicado, especialmente quando os pais têm expectativas e compreensões diferentes sobre as necessidades de seus filhos.
- Estigma e Preconceito: Professores de AEE muitas vezes precisam combater o estigma e preconceito em relação aos alunos com deficiência, ajudando a construir um ambiente escolar inclusivo e respeitoso.
- Legislação e políticas educacionais: A compreensão e aplicação das leis e políticas educacionais relacionadas à Educação Especial pode ser desafiadora. Os professores de AEE precisam estar cientes das regulamentações e garantir que elas sejam seguidas.

1.12 - Atuação do governo para ajuda no AEE

O governo desempenha um papel fundamental no apoio aos professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e na promoção da inclusão de alunos com necessidades especiais na educação. Conforme Oliveira (2020):

A educação especial é uma área complexa que requer apoio governamental significativo para garantir a eficácia do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a inclusão de alunos com necessidades especiais. O governo desempenha um papel crucial ao investir em formação profissional contínua, fornecimento de recursos adequados e desenvolvimento de políticas inclusivas que promovam a participação plena dos alunos nas escolas regulares.

Aqui estão algumas maneiras pelas quais o governo pode ajudar a enfrentar os desafios dos professores de AEE:

1. Investimento em Formação e Desenvolvimento Profissional: O governo pode fornecer

recursos e financiamento para programas de formação e desenvolvimento profissional específicos para professores de AEE. Isso inclui cursos de capacitação, workshops e oportunidades de aprendizado contínuo para aprimorar suas habilidades e conhecimentos.

2. Recursos adequados: Garantir que as salas de recursos multifuncionais e as escolas em geral tenham os recursos necessários é essencial. O governo pode alocar financiamento para a aquisição de materiais, tecnologia assistiva, equipamentos e instalações acessíveis.
3. Redução da Burocracia: Simplificar procedimentos burocráticos e fornecer suporte administrativo eficiente pode aliviar a carga de trabalho dos professores de AEE, permitindo que eles se concentrem mais no ensino e no apoio aos alunos.
4. Políticas de inclusão sólidas: O governo deve promover políticas inclusivas que incentivem a integração de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares. Essas políticas devem ser apoiadas por regulamentações claras e diretrizes educacionais.
5. Apoio pedagógico especializado: Fornecer assistência pedagógica especializada, como equipes de psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e outros profissionais, para apoiar o trabalho dos professores de AEE pode ser valioso.
6. Estratégias de colaboração e rede: Incentivar e facilitar a colaboração entre escolas, professores, famílias e profissionais de saúde pode melhorar o atendimento aos alunos. Isso pode incluir a criação de redes de apoio e equipes multidisciplinares.
7. Programas de Mentoria e parcerias: Estabelecer programas de mentoria e parcerias entre professores experientes de AEE e novos professores pode ajudar na transmissão de conhecimentos, experiência e melhores práticas.
8. Apoio financeiro para as famílias: O governo pode fornecer assistência financeira às famílias de alunos com necessidades especiais, a fim de ajudá-las a acessar serviços, terapia e recursos que possam ser caros.
9. Monitoramento e avaliação: Desenvolver sistemas de monitoramento e avaliação para garantir a qualidade do AEE e a implementação eficaz das políticas inclusivas. Isso ajuda a identificar áreas que precisam de melhoria e ajustes.
10. Promoção da conscientização: O governo pode promover campanhas de conscientização sobre a importância da inclusão e do respeito à diversidade na educação. Isso ajuda a criar um ambiente mais inclusivo em toda a sociedade.
11. Desenvolvimento de recursos e materiais: Investir na criação e disseminação de recursos

educacionais específicos para atender às necessidades dos alunos com deficiência, como material didático adaptado, tecnologia assistiva e recursos de acessibilidade.

O governo desempenha um papel crucial na criação de um ambiente propício para a prática bem-sucedida dos professores de AEE e na promoção de uma educação inclusiva de qualidade. O apoio governamental adequado é essencial para enfrentar os desafios e garantir que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades na educação.

1.13 - A morosidade governamental no apoio ao AEE

A prioridades em conflito onde o governo enfrenta desafios na priorização de questões educacionais, especialmente em cenário de concorrência por recursos limitados com outras áreas, como saúde, segurança e infraestrutura. Complexidade da educação especial onde a área de educação especial é complexa e multifacetada, e o governo pode demorar a desenvolver políticas e estratégias que atendam a essa complexidade de maneira eficaz.

“A demora do governo em ajudar nos desafios do professor no Atendimento Educacional Especializado (AEE) pode ser atribuída a uma série de fatores complexos e desafios institucionais. Alguns dos principais motivos incluem recursos limitados onde o financiamento insuficiente é um dos principais obstáculos para o apoio adequado aos professores de AEE. O governo muitas vezes enfrenta restrições orçamentárias e precisa equilibrar algumas demandas (SILVA, 2018, p. 45).”

Possui a falta de conscientização sobre a importância da Educação Especial e da inclusão nem sempre é elevada o suficiente. Isso pode levar a uma falta de pressão da sociedade para que o governo aja rapidamente. A burocracia e processos morosos, onde envolve processos burocráticos e a lentidão na tomada de decisões podem atrasar a implementação de programas e políticas de apoio aos professores de AEE.

A resistência às mudanças nas políticas educacionais e na alocação de recursos frequentemente encontra obstáculos em grupos de interesse ou em burocracias estabelecidas, o que pode retardar a implementação de ações decisivas. A escassez de profissionais especializados também dificulta a efetiva implementação de programas eficazes. Além disso, as variações regionais, frequentemente descentralizadas, resultam em abordagens distintas entre estados, municípios e regiões, o que compromete a padronização e a efetividade do apoio oferecido aos professores do AEE.

As mudanças de governo e desafios de implementação, mesmo quando políticas são definidas, a implementação eficaz pode ser um desafio, especialmente se não houver recursos, capacitação e infraestrutura adequados disponíveis.

Torna-se importante destacar que a demora em enfrentar esses desafios não significa

falta de interesse ou compromisso do governo em relação à Educação Especial, mas muitas vezes reflete a complexidade do processo de formulação de políticas, a alocação de recursos e a implementação de programas. A pressão da sociedade civil, a conscientização pública e a advocacia contínua são essenciais para acelerar o apoio aos professores de AEE e melhorar a qualidade da Educação Especial.

1.14 - Comparativo do AEE nas escolas públicas *versus* particulares

Tanto as escolas públicas quanto as particulares têm a responsabilidade de fornecer Atendimento Educacional Especializado (AEE) a alunos com necessidades educacionais especiais, de acordo com a legislação e regulamentações específicas em seus respectivos estados como no ES. No entanto, a forma como essas escolas atuam no AEE pode variar devido a diferenças em financiamento, recursos, estrutura administrativa e filosofia educacional.

Segundo Amaral (2019), a educação inclusiva nas escolas públicas é assegurada por políticas públicas que garantem o acesso universal à educação, o que requer a adaptação das instituições para atender a todos os alunos, independentemente de suas particularidades. Essas escolas devem seguir as diretrizes e regulamentações governamentais relacionadas à Educação Especial.

Por outro lado, Fernandes e Silva (2020) destacam que, embora as escolas particulares também sejam obrigadas a oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE), elas possuem maior autonomia na implementação dessas políticas. Isso resulta em uma variação na filosofia educacional, com algumas instituições adotando uma abordagem tradicional, que nem sempre é inclusiva, enquanto outras investem em programas especializados de Atendimento Eduacional Especializado.

Nesse contexto, Ribeiro (2021) complementa, afirmando que o financiamento público das escolas públicas, frequentemente limitado, é distribuído conforme critérios governamentais, o que pode afetar diretamente a qualidade dos serviços oferecidos. Em contrapartida, as escolas particulares, dependendo das mensalidades pagas pelos alunos, têm maior flexibilidade financeira, permitindo, muitas vezes, o investimento em infraestrutura e programas especializados.

Vieira e Souza (2022) destacam que a qualidade da infraestrutura nas escolas públicas pode variar conforme a localização geográfica e as políticas educacionais estaduais. Já as escolas particulares, especialmente aquelas especializadas, tendem a oferecer um atendimento

educacional mais especializado, atendendo às necessidades específicas de seus alunos.

A conduta descrita está alinhada com as diretrizes legais, desde que observadas as regulamentações específicas para a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE). As escolas públicas, ao empregar professores de educação especial e especialistas em apoio educacional, cumprem a legislação ao fornecer suporte adequado aos alunos com deficiência, conforme as normas da Política Nacional de Educação Especial e as orientações do Ministério da Educação (MEC) (Moura, 2023).

Já as escolas particulares, embora possam contar com maior flexibilidade na contratação de profissionais externos, também devem garantir que os serviços de AEE atendam aos requisitos estabelecidos pela legislação vigente, incluindo a formação e qualificação dos profissionais contratados para esse fim. Portanto, a conduta descrita é compatível com a legislação, desde que a oferta de AEE seja adequada às necessidades dos alunos e siga as diretrizes legais (Carvalho, 2021).

Abaixo estão algumas das principais considerações sobre como as escolas públicas e particulares atuam no AEE:

Quadro 3 - Comparativo entre escolas públicas e escolas particulares

ESCOLAS PÚBLICAS	ESCOLAS PARTICULARES
Acesso Universal onde a escola pública tem a obrigação de oferecer educação inclusiva a todos os alunos, independente de suas necessidades especiais. Devem atender às diretrizes e regulamentações governamentais relacionadas à Educação Especial.	Variação na filosofia educacional e nem todas seguem abordagem de inclusão, algumas optam por seguir abordagens tradicionais.
Financiamento público onde geralmente o município depende para operar, pode ser limitado e distribuído de acordo com os critérios governamentais.	Possui autonomia financeira e dependem, em grande parte, das mensalidades pagas. Isso pode permitir que tenham recursos adicionais para investir em programas de AEE.
A qualidade da infraestrutura e dos recursos nas escolas públicas podem variar, dependendo de fatores como localização geográfica, nível de ensino e políticas educacionais estaduais.	Algumas instituições educacionais especializadas oferecem (AEE) de alta complexidade, visando atender de maneira específica às necessidades educacionais de seus alunos
Empregam professores de educação especial e especialistas em apoio educacional, que trabalham em colaboração com os professores regulares para fornecer AEE.	A colaboração com profissionais externos e a facilidade na contratação de novos especialistas que atuam em parceria são elementos importantes para o aprimoramento do AEE nas instituições, permitindo um suporte mais abrangente e especializado aos alunos.

Muitas escolas colaboram com órgãos de saúde e assistência social para apoiar alunos com deficiências ou necessidades médicas complexas.	As variações de políticas estabelecem suas próprias políticas e práticas em relação ao AEE, desde que estejam em conformidade com as regulamentações locais.
--	--

Fonte: Dados elaborados pela pesquisadora

É importante destacar que a qualidade do AEE pode variar em ambas as escolas públicas e particulares. A implementação bem-sucedida da Educação Inclusiva requer o compromisso de toda a comunidade escolar, incluindo professores, pais, gestores e órgãos reguladores, para garantir que as necessidades dos alunos com deficiência sejam atendidas de maneira eficaz. A legislação e regulamentações educacionais são fundamentais para garantir que todas as escolas cumpram suas obrigações em relação ao AEE.

1.15 - Benefícios e desafios da educação inclusiva no ensino regular

A Educação Inclusiva, que envolve a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares, tem benefícios e desafios associados. Abaixo, apresento uma visão geral dos benefícios e dos desafios da Educação Inclusiva no ensino regular:

Quadro 4 - Benefícios da educação inclusiva no ensino regular

BENEFÍCIOS	
Promoção da diversidade e da tolerância	A inclusão ajuda a criar um ambiente escolar mais diversificado, onde aprendem a respeitar e a valorizar as diferenças.
Desenvolvimento de habilidades sociais	Alunos com e sem deficiências têm a oportunidade de interagir e desenvolver habilidades sociais, empatia e amizades.
Melhoria do desempenho acadêmico	A inclusão pode levar a melhorias no desempenho acadêmico de alunos com deficiência, especialmente quando recebem apoio adequado.
Aprendizado personalizado	Requer adaptação de métodos de ensino e materiais, o que pode beneficiar todos os alunos, uma vez que as estratégias pedagógicas se tornam mais diversificadas e individualizadas.
Preparação para a vida real	Alunos com deficiência possuem a oportunidade de se preparar para a vida fora da escola, interagindo com seus pares e desenvolvendo habilidades que podem ser úteis na sociedade em geral.
Promoção da igualdade de oportunidades	A inclusão pode ajudar a eliminar barreiras e promover igualdade de oportunidades para todos os alunos,

	independentemente de suas necessidades.
DESAFIOS	
Recursos limitados	A inclusão exige recursos adicionais, como professores de apoio, materiais adaptados e infraestrutura adequada, que podem não estar disponíveis em todas as escolas.
Sobrecarga de professores	Professores regulares podem se sentir sobrecarregados ao tentar atender às necessidades diversificadas de alunos com deficiência, especialmente se não receberem o apoio necessário
Possível Estigmatização	Alguns alunos com deficiência podem se sentir estigmatizados ou isolados em um ambiente inclusivo, especialmente se o ambiente escolar não for acolhedor.
Impacto no ritmo de ensino	A necessidade de adaptação constante do currículo pode afetar o ritmo de ensino, o que pode ser desafiador para alguns alunos.
Falta de formação adequada	Professores podem não receber treinamento adequado em educação especial, o que afeta na qualidade do apoio aos alunos deficientes.
Desafios comportamentais	Alunos com deficiências comportamentais podem apresentar desafios na sala de aula que requerem estratégias específicas de manejo de comportamento
Possível prejuízo ao desenvolvimento acadêmico	A inclusão pode, em alguns casos, prejudicar o desempenho acadêmico de alunos sem deficiência, pois a atenção do professor pode ser dividida em um grupo diversificado de alunos.

Fonte: Dados desta pesquisadora

É importante destacar que a Educação Inclusiva é um campo complexo e seus impactos podem variar significativamente de acordo com o contexto, as políticas educacionais, a qualidade da implementação e as características dos alunos. O equilíbrio entre os benefícios e os desafios da inclusão depende, em grande medida, da capacidade das escolas e dos sistemas educacionais de se adaptarem às necessidades específicas de cada aluno, como apontam autores como Mantoan (2003) e Glat (2011).

Diante da complexidade e da diversidade dos contextos educacionais, é comum que as escolas enfrentem dificuldades na obtenção de dados específicos sobre as condições oferecidas no atendimento aos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A ausência ou

insuficiência de dados concretos pode dificultar a avaliação precisa das práticas inclusivas e a identificação de áreas que necessitam de melhorias.

Neste cenário, ao invés de se prender à falta de dados detalhados, a pesquisa pode optar por saltar diretamente para uma análise baseada em evidências qualitativas e nas melhores práticas documentadas pela literatura especializada. Ao focar nos desafios mais amplos e nos aspectos que são comuns a diferentes contextos, como a necessidade de capacitação docente contínua (Carvalho, 2012) e a importância de adaptações curriculares (Vygotsky, 1993), é possível construir uma discussão robusta e relevante, mesmo na ausência de dados específicos.

SEÇÃO 02 – CONDIÇÕES NA ESCOLA PARA ALUNOS COM TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA

2.1 - Análise das condições existentes na escola para o atendimento de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Nesta seção, serão apresentados os dados obtidos pela pesquisa, os quais serão analisados e discutidos em seus aspectos positivos e negativos. Embora as escolas brasileiras se esforcem para enfrentar o enorme desafio de receber os(as) alunos(as) com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e oferecer-lhes as melhores condições possíveis, ainda há muito a ser feito para garantir um atendimento inclusivo e eficaz.

Segundo Mendes (2012), as políticas de inclusão escolar no Brasil têm avançado, mas a implementação efetiva de práticas inclusivas ainda encontra obstáculos significativos, especialmente no que tange à preparação das escolas para acolher alunos. A presença de infraestrutura adaptada e recursos pedagógicos especializados é essencial, mas nem sempre suficiente para atender às necessidades específicas desses alunos (Sassaki, 2009).

Além disso, conforme apontado por Silva e Oliveira (2018), a capacitação contínua de professores é um fator crítico. Os docentes precisam estar preparados não apenas para ensinar conteúdos acadêmicos, mas também para lidar com as particularidades comportamentais e sociais dos alunos. No entanto, a realidade mostra que muitos profissionais da educação ainda carecem de formação adequada nessa área, o que compromete a qualidade do atendimento oferecido (Gomes, 2016).

A questão do currículo adaptado também merece destaque. De acordo com Vygotsky (1993), a importância de adaptar o currículo às necessidades individuais dos alunos é central para o seu desenvolvimento cognitivo e social. Porém, a prática revela que essa adaptação muitas vezes é inadequada ou inexistente, limitando o progresso dos alunos e dificultando sua integração na comunidade escolar.

Além disso, a interação social dos alunos no ambiente escolar permanece um desafio significativo. De acordo com os estudos de Frith (2003), as dificuldades de comunicação e interação social típicas podem ser atenuadas por meio de programas de socialização bem estruturados. No entanto, tais programas ainda são insuficientemente implementados nas escolas brasileiras, o que limita a eficácia do processo de inclusão desses alunos.

É importante ressaltar a necessidade de uma abordagem colaborativa entre escola e família, como destacado por Bronfenbrenner (1979). A comunicação eficaz e o envolvimento ativo dos pais são fundamentais para garantir que as estratégias de ensino sejam adequadas e

alinhas com as necessidades dos alunos. No entanto, muitas vezes, a falta de diálogo entre escola e família resulta em intervenções pedagógicas pouco eficazes (Schwartzman, 2012).

As condições existentes na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio "Camila Motta" para o atendimento dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) refletem tanto os esforços da instituição em promover uma educação inclusiva quanto os desafios enfrentados para oferecer um atendimento adequado (Secretaria da Educação do ES, 2022).

A Escola Estadual dispõe de uma Sala de Recursos Multifuncionais, a qual exerce uma função central no suporte aos alunos, proporcionando adaptações pedagógicas e estratégias especializadas para atender às suas necessidades educacionais específicas. Essa sala é equipada com diversos materiais pedagógicos e tecnologia assistiva, como softwares especializados e recursos de comunicação alternativa, que visam facilitar a aprendizagem e a inclusão desses alunos no ambiente escolar. O espaço permite que os alunos recebam um atendimento mais individualizado, adaptado às suas necessidades específicas, o que é crucial para o desenvolvimento das habilidades cognitivas, sociais e emocionais dos estudantes.

No entanto, apesar da existência dessa sala, a infraestrutura geral da escola ainda carece de algumas adaptações essenciais, como rampas de acesso adequadas e banheiros acessíveis, o que pode criar barreiras físicas para os alunos com deficiências motoras ou outras condições associadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essas limitações destacam a necessidade de investimentos contínuos para garantir que todos os aspectos físicos da escola estejam alinhados com as diretrizes de acessibilidade, proporcionando um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Embora os professores tenham participado de programas de formação contínua voltados para a educação inclusiva, não há dados documentados que descrevam formalmente a estrutura e a implementação desses programas. No entanto, é possível constatar que, de maneira geral, essas formações abordam temas como o entendimento do Transtorno do Espectro Autista (TEA), a aplicação de estratégias de ensino diferenciadas e a criação de um ambiente acolhedor e estimulante, visando o atendimento eficaz às necessidades educacionais dos alunos com deficiências. A ausência de documentação formal dificulta uma análise mais aprofundada sobre a eficácia e a abrangência dessas iniciativas.

A ausência de dados documentados que detalhem os programas de formação contínua na Escola "Camila Motta" levanta questões sobre a profundidade e a especificidade da capacitação oferecida aos professores, especialmente no que tange às características comportamentais e de aprendizagem dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A

falta de uma formação mais aprofundada e especializada nessas áreas resulta em insegurança entre os educadores e, em alguns casos, dificulta a implementação eficaz das práticas pedagógicas inclusivas, comprometendo a qualidade do atendimento educacional oferecido a esses alunos. Esse cenário ressalta a necessidade de ampliar os programas de capacitação, oferecendo cursos mais intensivos e de longa duração, além de proporcionar suporte contínuo, como a mentoria de especialistas em Transtorno do Espectro Autista (TEA), para que os professores possam desenvolver e aprimorar suas habilidades de forma constante.

A escola tem se esforçado para implementar adaptações curriculares que atendam às necessidades dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), reconhecendo que esses estudantes frequentemente necessitam de abordagens pedagógicas personalizadas. Essas adaptações incluem a flexibilização dos conteúdos programáticos, a utilização de materiais didáticos diferenciados, e a aplicação de métodos de ensino mais visuais e interativos, que são geralmente mais eficazes para alunos autistas. Entretanto, a aplicação dessas adaptações enfrenta desafios significativos.

A principal barreira é a falta de recursos materiais e de tempo para a elaboração de planos de ensino realmente inclusivos e individualizados. Para superar esses desafios, seria essencial que a escola recebesse um maior apoio governamental e comunitário, tanto em termos de recursos financeiros quanto de formação continuada, permitindo que as adaptações curriculares fossem mais eficazes e amplamente implementadas.

Um dos aspectos mais positivos do atendimento aos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Escola "Camila Motta" é a forte colaboração estabelecida entre a escola e as famílias desses alunos. A administração escolar tem se empenhado em criar canais de comunicação abertos e constantes com os pais e responsáveis, o que é fundamental para entender e atender às necessidades específicas de cada aluno. As reuniões periódicas e as conversas informais entre professores e pais permitem uma troca contínua de informações sobre o progresso dos alunos, facilitando a identificação de áreas que necessitam de mais atenção e ajustes nos planos pedagógicos. No entanto, embora existam registros dessas reuniões, eles não puderam ser disponibilizados para análise, o que limita a documentação formal do processo de comunicação e colaboração. Essa parceria, por sua vez, não só fortalece o vínculo entre a escola e a família, mas também cria um ambiente de apoio mútuo, onde as preocupações dos pais são levadas em consideração, e as estratégias educativas podem ser ajustadas de forma colaborativa.

No entanto, para que essa colaboração seja ainda mais efetiva, é necessário que a escola disponha de recursos e orientações claras sobre como envolver as famílias de maneira

mais ativa nas atividades escolares e no desenvolvimento dos planos individuais de aprendizagem, garantindo que todos os aspectos do atendimento ao aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) sejam cuidadosamente monitorados e ajustados conforme necessário.

Apesar dos avanços e dos esforços contínuos para criar um ambiente inclusivo, a Escola enfrenta desafios significativos que limitam a eficácia de suas iniciativas. A falta de recursos materiais, como materiais pedagógicos específicos e tecnologias assistivas avançadas, é uma das principais barreiras. Essa carência impacta diretamente a capacidade dos professores de oferecer um ensino de qualidade, adaptado às necessidades dos alunos.

Além disso, a escassez de profissionais especializados, como psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, que poderiam oferecer suporte adicional tanto aos alunos quanto aos professores, agrava as dificuldades encontradas. Esses profissionais são essenciais para um atendimento completo e eficaz, pois ajudam a identificar as necessidades específicas de cada aluno e a desenvolver estratégias de intervenção que podem ser implementadas dentro e fora da sala de aula.

Outro desafio importante é a necessidade de maior apoio financeiro e logístico para a implementação de programas de formação contínua mais robustos e para a aquisição de materiais e equipamentos necessários. Esses investimentos são cruciais para que a escola possa não apenas manter, mas também expandir e melhorar o atendimento oferecido aos alunos, garantindo que eles tenham as mesmas oportunidades de sucesso acadêmico e social que os demais alunos.

O caminho para aprimorar o atendimento inclusivo aos alunos na Escola Estadual envolve uma série de ações que demandam o compromisso conjunto de autoridades educacionais, profissionais da educação e da comunidade. Em primeiro lugar, é necessário garantir um apoio mais robusto, por meio do fornecimento de recursos adequados e do fortalecimento das políticas públicas voltadas para a educação inclusiva. A formação continuada dos professores deve ser ampliada e aprofundada, com foco nas especificidades do Transtorno do Espectro Autista (TEA), para assegurar que as práticas pedagógicas sejam eficazes e adaptadas às necessidades dos alunos.

Além disso, a implementação de recursos pedagógicos mais diversificados, como bibliotecas digitais e materiais adaptados, e a melhoria da infraestrutura escolar são essenciais para criar um ambiente mais acessível e acolhedor. Dessa forma, com um investimento contínuo e estratégico, a escola poderá proporcionar uma educação inclusiva de qualidade, permitindo que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, alcancem seu pleno potencial.

2.2 Desenvolvimento de uma biblioteca digital

A brinquedoteca pode ser uma ferramenta significativa no acompanhamento de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas, uma vez que oferece condições favoráveis para o desenvolvimento dessas crianças em diversas áreas. De acordo com Borges e Rosa (2017), a brinquedoteca é um ambiente que estimula o desenvolvimento social, emocional e cognitivo da criança, proporcionando uma forma lúdica de aprendizagem. Para alunos com TEA, esse espaço pode ser especialmente benéfico no desenvolvimento de habilidades sociais, uma vez que muitos apresentam dificuldades em interagir com outras crianças. Brinquedos que incentivam a colaboração e a interação, como jogos de tabuleiro e brincadeiras estruturadas, podem ajudar a promover essas interações, conforme apontado por Costa e Almeida (2020), que destacam a importância do brincar no desenvolvimento social de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Pode ser adaptada para incluir brinquedos sensoriais, que são fundamentais para atender às necessidades sensoriais específicas de crianças autistas. Segundo Oliveira e Santos (2019), muitas crianças têm sensibilidades sensoriais exacerbadas, e a exposição a brinquedos que oferecem diferentes estímulos sensoriais, como texturas, sons e luzes, pode contribuir para o desenvolvimento dessas crianças de forma controlada e segura. Esses brinquedos sensoriais são uma forma de criar um ambiente acolhedor que permite à criança explorar estímulos novos, diminuindo a ansiedade e melhorando o seu conforto em ambientes escolares.

Outro aspecto importante é a estrutura e previsibilidade que a brinquedoteca pode oferecer. Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) costumam se sentir mais seguras em ambientes que seguem uma rotina clara e estruturada (Pereira & Silva, 2018). Ao organizar a brinquedoteca com atividades que seguem uma sequência estabelecida, a escola pode reduzir o estresse dessas crianças e aumentar o engajamento nas atividades lúdicas, o que contribui para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, a brinquedoteca também se revela um ambiente propício para o desenvolvimento de habilidades motoras e cognitivas. Segundo Ferreira (2021), o brincar é essencial para o aprimoramento de habilidades motoras finas e grossas, além de promover o raciocínio lógico e a resolução de problemas, aspectos fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças.

A criação de uma brinquedoteca adaptada requer um planejamento cuidadoso, com base em estudos que destacam as necessidades específicas dessas crianças em relação ao ambiente, às atividades e à interação social. Esse espaço deve ser dividido em áreas funcionais, que atendam tanto ao desenvolvimento cognitivo quanto às necessidades sensoriais e motoras,

sempre considerando o ambiente acolhedor e inclusivo. A seguir, será apresentado um projeto de brinquedoteca fundamentado em teorias educacionais e práticas inclusivas, com foco na divisão dos espaços e nas atividades oferecidas.

Figura 2 - Brinquedoteca



Fonte: Elaborada pela autora.

A primeira área essencial em uma brinquedoteca para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é o espaço destinado para leitura. De acordo com Lev Vygotsky (1988), o desenvolvimento cognitivo das crianças está diretamente ligado à interação social e ao uso da linguagem. No entanto, muitas crianças enfrentam dificuldades em ambos os aspectos, o que torna fundamental a criação de um ambiente que promova a linguagem de maneira acessível e tranquila.

O espaço para leitura deve ser acolhedor, com pufes confortáveis, almofadas grandes e estantes acessíveis com livros visuais e táteis. Essas adaptações são essenciais para criar um ambiente onde a criança possa explorar o mundo da linguagem de forma individual, sem a pressão imediata da interação social, que muitas vezes é desafiadora para crianças. Livros com ilustrações claras e textos simples permitem que elas desenvolvam suas habilidades de comunicação de maneira mais confortável, dentro do seu próprio ritmo. Como aponta Lord et al. (2020), o uso de materiais adaptados pode ajudar crianças a entenderem melhor conceitos abstratos e melhorar sua compreensão da linguagem.

Outra área de grande relevância em uma brinquedoteca para alunos com TEA é a zona de atividades sensoriais, voltada para o estímulo controlado dos sentidos. Crianças

frequentemente apresentam variações na percepção sensorial, podendo reagir de maneira exagerada ou insuficiente a estímulos ambientais. A zona sensorial, portanto, deve ser projetada para permitir que essas crianças explorem diferentes texturas, sons e sensações de forma gradual e controlada, utilizando brinquedos tátteis, como bolas texturizadas, fidget spinners e areia cinética, que ajudam na regulação sensorial e promovem o desenvolvimento de habilidades de adaptação ao ambiente.

A ideia aqui é oferecer estímulos sensoriais controlados, para que as crianças possam explorar e se adaptar às suas próprias necessidades. Esses brinquedos permitem que elas experimentem sensações de forma segura, ajudando a evitar sobrecargas sensoriais que podem desencadear comportamentos de ansiedade ou desregulação emocional (Ben-Sasson *et al.*, 2009).

Ao lado da área sensorial, a zona de desenvolvimento cognitivo é projetada para promover habilidades de pensamento lógico e resolução de problemas, áreas nas quais muitas crianças se destacam, mas que também requerem um ambiente bem estruturado. Jean Piaget, em suas teorias sobre o desenvolvimento cognitivo, explica que a interação das crianças com o ambiente é crucial para a construção do pensamento lógico e matemático.

Na brinquedoteca, essa área deve incluir quebra-cabeças, jogos de construção e atividades de classificação, que permitem às crianças desenvolver suas habilidades cognitivas enquanto exploram padrões e regras, o que é muitas vezes um ponto de interesse para crianças. De acordo com Turner (1999), o interesse intenso por atividades específicas e a busca por padrões estruturados são comportamentos frequentemente observados em crianças, o que torna esse tipo de atividade particularmente atrativo e benéfico. Além disso, as atividades cognitivas oferecem oportunidades para o desenvolvimento da perseverança e das habilidades de resolução de problemas de forma lúdica, respeitando as preferências e necessidades de cada criança.

Para complementar as áreas cognitivas e sensoriais, a brinquedoteca deve incluir uma zona de desenvolvimento motor, fundamental para o aprimoramento das habilidades físicas e da coordenação motora das crianças. A Teoria da Integração Sensorial, proposta por Jean Ayres, sustenta que o desenvolvimento motor e cognitivo está profundamente conectado à capacidade da criança de processar e organizar estímulos sensoriais provenientes do ambiente.

Ayres (1972) defende que, para que a criança desenvolva habilidades motoras adequadas, ela precisa ser capaz de integrar e reagir de forma eficiente a diferentes tipos de estímulos sensoriais, como tátteis, visuais e auditivos. Esse processo de integração sensorial é crucial para o aprendizado e para a adaptação ao ambiente, uma vez que a dificuldade em

processar essas informações pode resultar em desafios no comportamento, na percepção espacial e na interação social. A teoria sugere que, ao proporcionar um ambiente sensorialmente rico e estruturado, é possível melhorar a organização e a regulação sensorial das crianças, favorecendo o seu desenvolvimento motor e cognitivo. Para crianças que frequentemente apresentam distúrbios na integração sensorial, a aplicação dessa teoria pode ser especialmente relevante, visto que pode facilitar a adaptação ao ambiente escolar e o aprimoramento de suas habilidades motoras e sociais.

A inclusão de equipamentos como tapetes de espuma, barras de equilíbrio e jogos de coordenação motora permite que as crianças trabalhem sua força, equilíbrio e habilidades motoras em um ambiente seguro e controlado. Essas atividades são essenciais para o desenvolvimento da coordenação motora fina e grossa, permitindo que as crianças melhorem sua autonomia e confiança ao realizar tarefas físicas. Além disso, muitos alunos apresentam dificuldades com a propriocepção e o equilíbrio, e atividades físicas repetitivas e estruturadas ajudam a fortalecer essas áreas, contribuindo para um desenvolvimento motor mais equilibrado e seguro.

Um aspecto importante em todos esses espaços é o ambiente como um todo, que deve ser cuidadosamente projetado para evitar sobrecargas sensoriais. O uso de cores suaves e uma iluminação suave são essenciais para garantir que o espaço seja convidativo e calmo, sem estimular demais as crianças. Como apontado por Dunn (1997), ambientes com muitos estímulos visuais ou auditivos podem desencadear comportamentos desafiadores em crianças com TEA, que frequentemente têm dificuldade em filtrar e processar grandes quantidades de informações sensoriais ao mesmo tempo.

Nesse sentido, a escolha das cores é crucial: tons pastéis e luzes difusas contribuem para a criação de um ambiente tranquilo e acolhedor, no qual as crianças podem se concentrar nas atividades sem serem sobre carregadas por estímulos externos. Além disso, o espaço deve ser amplo, para permitir a movimentação sem restrições e evitar que as crianças se sintam confinadas.

Outro ponto importante no planejamento da brinquedoteca é a organização das atividades e a flexibilidade do ambiente. Muitas crianças respondem bem a rotinas estruturadas e previsíveis, e o layout da sala deve permitir que elas se movam de uma atividade para outra de forma natural e sem surpresas. Além disso, é importante que o espaço permita ajustes, para que o ambiente possa ser reorganizado conforme as necessidades específicas de cada criança ou grupo. O envolvimento de professores e cuidadores no processo de planejamento e

organização das atividades também é essencial para garantir que as necessidades de cada criança sejam atendidas. Como aponta Cardoso e Tartuci (2013), a colaboração entre professores da sala regular e profissionais da educação especial é fundamental para garantir o sucesso da inclusão e o progresso no desenvolvimento das crianças com necessidades especiais.

Em conclusão, o planejamento de uma brinquedoteca adaptada para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) deve ser orientado por princípios de inclusão e acessibilidade, levando em consideração as particularidades desse transtorno. As áreas dedicadas à leitura, atividades sensoriais, desenvolvimento cognitivo e coordenação motora, todas projetadas com base nas teorias de Vygotsky, Piaget e Jean Ayres, oferecem um ambiente enriquecedor para o desenvolvimento integral dessas crianças. Tais áreas não apenas promovem a estimulação cognitiva e motora, mas também favorecem a interação social e a regulação sensorial, aspectos essenciais para o pleno desenvolvimento de crianças, considerando suas necessidades e potencialidades.

Além disso, a escolha de cores suaves, iluminação adequada e um layout flexível garantem que o espaço seja acolhedor e seguro, permitindo que as crianças explorem suas capacidades e interajam de maneira positiva com o mundo ao seu redor. A brinquedoteca, portanto, não é apenas um local de recreação, mas um ambiente pedagógico essencial para a promoção da autonomia e bem-estar dos alunos.

Nesse contexto, é crucial também refletir sobre as condições existentes. A brinquedoteca voltada para crianças autistas deve ser cuidadosamente projetada para incluir elementos que incentivem o desenvolvimento de afeições pelos outros, habilidades linguísticas e a interação com a natureza. Mais importante ainda, é necessário questionar: há professores devidamente preparados para essa incumbência? Na Escola Camila Mota, os professores estão em constante evolução e aprendizado, adaptando-se às necessidades dos alunos, os professores estão em constante evolução e aprendizado, adaptando-se às necessidades dos alunos por meio de uma formação contínua e especializada, ocorre por meio da participação em programas de capacitação que abordam desde as características até a implementação de estratégias pedagógicas inclusivas. Além disso, a escola promove reuniões regulares entre os professores e profissionais especializados, possibilitando uma troca constante de experiências e práticas. Essa abordagem, que se baseia na atualização constante do corpo docente e na adaptação das metodologias de ensino, visa proporcionar um ambiente mais acolhedor e eficaz para o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos. A capacitação contínua do corpo docente é fundamental para garantir que a brinquedoteca cumpra seu papel pedagógico e inclusivo,

promovendo o desenvolvimento integral e o bem-estar das crianças.

A brinquedoteca pode ser um espaço inclusivo, promovendo a interação entre crianças com e sem TEA. Esse ambiente inclusivo é destacado por Souza e Lima (2020) como uma oportunidade para que crianças neurotípicas e com Transtorno do Espectro Autista (TEA) interajam, aprendam a respeitar as diferenças e construam relações baseadas na cooperação e aceitação. Assim, a brinquedoteca torna-se não apenas um espaço lúdico, mas também um importante recurso pedagógico no acompanhamento de alunos, auxiliando no desenvolvimento de suas habilidades sociais, sensoriais, cognitivas e motoras, além de promover a inclusão no ambiente escolar.

RESULTADOS

A história da educação de indivíduos com diferenças significativas ou deficiências, como observado na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio "Camila Motta", reflete um percurso inicial marcado por enfoques no campo da saúde e da assistência social, baseados em modelos que promoviam a institucionalização, a proteção e a correção de deficiências. Essas abordagens, porém, eram excludentes, defendendo frequentemente a separação desses indivíduos de seus ambientes familiares e comunitários. À medida que a educação se consolidou como um direito social, ela foi gradualmente integrada ao cenário educacional brasileiro, como destaca Konkiewitz (2013).

Pesquisas de Bustamante e Souza (2020) e Sousa (2021) destacam a inadequação das estruturas escolares e a falta de recursos pedagógicos adequados como desafios significativos para a efetivação da educação inclusiva. Esses desafios também são perceptíveis na Escola "Camila Motta", onde a infraestrutura limitada impacta a eficácia dos programas inclusivos, dificultando a implementação de práticas pedagógicas adequadas para todos os alunos. A pesquisa de Sousa, em particular, enfatiza a necessidade de reestruturar as legislações vigentes para garantir um ambiente escolar mais acessível e inclusivo, um desafio que a escola também enfrenta.

A formação de professores é um tema recorrente nos estudos e um desafio significativo na "Camila Motta". Bustamante e Souza (2020), Oliveira (2022) e Santos (2021) apontam a insuficiência na formação específica dos docentes como um obstáculo crítico para a inclusão. Na escola, essa realidade se manifesta na dificuldade dos professores em aplicar estratégias pedagógicas inclusivas de maneira eficaz. Silva (2014) reforça essa questão ao revelar que muitos professores de atendimento educacional especializado não possuem a formação adequada, sublinhando a importância da pesquisa colaborativa para melhorias pedagógicas. Portanto, fica claro que a formação contínua e especializada é crucial para capacitar os professores a enfrentar a diversidade nas salas de aula, uma área que ainda precisa ser aprimorada na Escola.

Por muitos anos, prevaleceu a ideia de um estereótipo do aluno ideal que deveria ser atendido nas escolas de ensino regular. Santos (2021) destaca que aqueles que não se encaixavam nesse perfil eram frequentemente encaminhados para a Educação Especial, que, durante muito tempo, foi a única alternativa acessível para alunos com deficiência. No entanto, esse modelo educacional enfrentou críticas substanciais, já que, embora proporcionasse atendimento especializado, a segregação resultante contribuiu para a exclusão social dos alunos.

Esse contexto histórico é refletido nos desafios atuais enfrentados pela Escola "Camila Motta", que agora busca implementar a inclusão na sala de aula regular, conforme orientado pela Constituição Federal no Artigo 205, que reconhece a educação como um direito de todos.

Outro desafio enfrentado pela Escola é a falta de apoio familiar, conforme destacado por Oliveira (2022). O estudo sugere que, além da formação dos professores, é crucial incentivar a participação e o suporte das famílias no processo educativo. Na escola, a ausência de um envolvimento ativo dos pais e da comunidade muitas vezes dificulta a implementação de práticas inclusivas eficazes, uma situação que precisa ser abordada para melhorar o atendimento aos alunos.

Embora tenha havido progressos nas estratégias voltadas à valorização dos alunos com necessidades especiais, Santos (2021) aponta que ainda há um longo caminho a ser percorrido em relação aos investimentos e às políticas públicas necessárias para garantir uma educação realmente inclusiva. Na "Camila Motta", embora existam esforços para promover a inclusão, estes são frequentemente insuficientes para enfrentar todos os desafios práticos encontrados no dia a dia escolar. Isso ressalta a necessidade de políticas públicas mais robustas e investimentos contínuos para assegurar uma educação inclusiva de qualidade.

A análise dos estudos e a realidade observada evidenciam que a educação inclusiva enfrenta múltiplos desafios, desde a inadequação das infraestruturas escolares até a falta de formação específica dos professores e apoio familiar. É consenso que uma abordagem multifacetada é necessária para promover uma inclusão efetiva. A infraestrutura inadequada da escola impede que muitos alunos com necessidades especiais tenham acesso a um ambiente de aprendizagem apropriado. A falta de materiais didáticos específicos e de acessibilidade física são problemas frequentes que precisam ser abordados de maneira urgente pelas políticas públicas e pelos gestores escolares.

A formação docente é crucial para o sucesso da educação inclusiva. Na Escola "Camila Motta", a maioria dos professores ainda carece de preparação adequada para lidar com a diversidade nas salas de aula, o que limita sua capacidade de implementar estratégias inclusivas eficazes. Investimentos em programas de formação continuada e específicos para a educação inclusiva são essenciais. Além disso, o apoio da família e da comunidade é fundamental para o desenvolvimento integral dos alunos. A falta de envolvimento dos pais e da comunidade pode prejudicar os esforços inclusivos, sugerindo que a escola precisa estabelecer parcerias mais fortes com esses grupos para garantir um suporte adequado.

Embora existam políticas que promovem a inclusão, estas precisam ser reforçadas e

ampliadas. Investimentos contínuos e a criação de políticas públicas mais abrangentes e eficazes são necessários para superar as deficiências atuais e assegurar uma educação verdadeiramente inclusiva. A educação inclusiva deve ser encarada como uma responsabilidade compartilhada, que envolve não apenas o sistema educacional, mas também toda a sociedade, visando a construção de um ambiente de aprendizado acessível e igualitário para todos.

Os desafios enfrentados pela Escola na inclusão de alunos refletem as dificuldades apontadas em diversos estudos sobre educação inclusiva. A inadequação das estruturas escolares e a falta de ferramentas pedagógicas específicas são problemas significativos, conforme identificado por Bustamante e Souza (2020) e Sousa (2021). A formação insuficiente dos professores, destacada por Bustamante e Souza (2020), Oliveira (2022), Santos (2021) e Silva (2014), também é um obstáculo crítico na escola. Além disso, a falta de apoio familiar, mencionada por Oliveira (2022), é outra barreira que a escola enfrenta e que precisa ser superada para que a inclusão se torne uma realidade efetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Camila Motta” exemplifica os desafios amplamente discutidos na literatura sobre educação inclusiva, especialmente no que tange aos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Entre as várias barreiras enfrentadas pela escola, destaca-se a inadequação das infraestruturas escolares, uma questão presente em muitas instituições, incluindo a “Camila Motta”, que não conta com espaços físicos adaptados ou recursos pedagógicos específicos para atender às necessidades desses alunos. Nesse contexto, a implementação de uma brinquedoteca adaptada para crianças com TEA pode desempenhar um papel crucial, oferecendo um ambiente inclusivo, preparado para promover o desenvolvimento de habilidades essenciais, como interação social, coordenação motora e cognição, essenciais para o progresso desses estudantes.

A análise dos estudos e a observação da prática na escola indicam que o investimento na criação de uma brinquedoteca adaptada não seria apenas uma solução para a falta de espaços adequados, mas também uma maneira de modernizar as instalações escolares, oferecendo um local onde as práticas pedagógicas inclusivas possam ser implementadas de forma efetiva. Além de sua infraestrutura, uma brinquedoteca adaptada para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) deve ser projetada com brinquedos sensoriais e estruturados, que favoreçam tanto a interação social quanto a exploração sensorial, conforme abordado por Borges e Rosa (2017) e Oliveira e Santos (2019). Esses brinquedos desempenham um papel fundamental ao proporcionar estímulos adequados que ajudam no desenvolvimento cognitivo, motor e emocional dos alunos, além de facilitar o processo de socialização e integração com seus colegas.

Outro ponto essencial está relacionado à formação de professores. Na Escola “Camila Motta”, assim como em muitas outras, muitos docentes não possuem a preparação necessária para trabalhar com a diversidade em sala de aula, especialmente com alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Segundo Bustamante e Souza (2020), a capacitação contínua é crucial para que os professores possam adaptar suas metodologias ao contexto inclusivo. Nesse sentido, a brinquedoteca poderia ser usada não apenas como um espaço lúdico, mas também como um laboratório de práticas pedagógicas inclusivas, onde professores poderiam desenvolver e aprimorar suas habilidades no trabalho com alunos.

O envolvimento familiar também desempenha um papel central no sucesso da educação inclusiva. Na Escola “Camila Motta”, é necessário fortalecer as parcerias com as famílias, promovendo uma maior participação no processo educativo. Oliveira (2022) enfatiza

que a colaboração entre escola e família é essencial para que as estratégias educacionais sejam eficazes. Uma brinquedoteca adaptada poderia servir como um ponto de convergência entre essas partes, criando oportunidades para que os pais participem mais ativamente no desenvolvimento de seus filhos, por meio de workshops ou sessões de interação na própria brinquedoteca.

A implementação de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, como sugerido por Santos (2021), é fundamental para o sucesso de iniciativas como a brinquedoteca adaptada. No entanto, a efetividade dessas políticas depende do comprometimento governamental em disponibilizar os recursos necessários para a criação e manutenção de espaços como esse. A sensibilização da comunidade escolar é outro aspecto importante, pois a inclusão não pode ser responsabilidade apenas dos professores. Toda a comunidade educativa precisa estar envolvida, e uma brinquedoteca inclusiva pode ser um catalisador para promover essa cultura de respeito e compreensão das necessidades dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Além disso, a cooperação interinstitucional poderia contribuir significativamente para a melhoria das práticas inclusivas na Escola “Camila Motta”. Parcerias com universidades, ONGs e outras instituições especializadas poderiam fornecer suporte adicional, não apenas na formação de professores, mas também na aquisição de recursos pedagógicos específicos para a brinquedoteca. Finalmente, a avaliação contínua dessas práticas, como a criação de um comitê de inclusão responsável por monitorar as atividades na brinquedoteca, garantiria a eficácia das estratégias implementadas e permitiria ajustes necessários.

Nesse contexto, a implementação de uma brinquedoteca adaptada para alunos com TEA na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Camila Motta” seria uma importante contribuição para superar as barreiras de infraestrutura, promover a formação de professores, envolver a família e fortalecer a cultura de inclusão. O ambiente lúdico da brinquedoteca ofereceria uma oportunidade única para desenvolver as potencialidades dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), ajudando a escola a avançar no caminho de uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Diagnostic and statistical manual of mental disorders. 5th ed. Arlington, VA: American Psychiatric Publishing, 2013.
- AYRES, J. A. Sensory Integration and the Child. *Western Psychological Services*, 1972
- BAIO, J.; WIGGINS, L.; CHRISTENSEN, D. L.; MAENNER, M. J.; DANIELS, J.; WARREN, Z.; DOWLING, N. F. Prevalence of autism spectrum disorder among children aged 8 years—Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 sites, United States, 2014. *MMWR. Surveillance Summaries*, v. 67, n. 6, p. 1-23, 2018.
- BARON-COHEN, S. The extreme male brain theory of autism. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 6, n. 6, p. 248-254, 2002.
- BEN-SASSON, A.; CARTER, A. S.; BRIEGER, R. M. Sensory over-responsivity in elementary school: Prevalence and social-emotional correlates. *Journal of Abnormal Child Psychology*, v. 37, n. 5, p. 705-716, 2009.
- BORGES, M. A.; ROSA, T. P. A importância da brinquedoteca no contexto educacional. *Revista Educação em Foco*, 2017.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 9 jul. 2024.
- CARVALHO, J. S.; LOPES, I. Educação inclusiva: reflexões sobre avanços e desafios. *Revista Científica Educação*, v. 4, n. 7, p. 825-834, 2020.
- CHANGEUX, J.-P. O homem neuronal. Tradução de Pedro Maia. Lisboa: Livraria Portuguesa, 1998.
- COSTA, P. R.; ALMEIDA, F. C. O brincar como ferramenta de desenvolvimento para crianças com TEA. *Psicologia Escolar e Educacional*, 2020.
- CUNHA, J. Terapia de autismo supera câncer em custos do plano de saúde. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 fev. 2024. A2.
- DAMÁSIO, A. R. E o cérebro criou o homem. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- DAWSON, G.; BURNER, K. Behavioral interventions in children and adolescents with autism spectrum disorder: A review of recent findings. *Current Opinion in Pediatrics*, v. 23, n. 6, p. 616-620, 2011.
- DUNN, W. The impact of sensory processing abilities on the daily lives of young children and their families: A conceptual model. *Infants & Young Children*, v. 9, n. 4, p. 23-35, 1997.

- DURAND, V. M.; MERGES, E. Misconceptions about functional assessment of challenging behavior. *Journal of Positive Behavior Interventions*, v. 3, n. 3, p. 153-158, 2001.
- ECHANIZ, C.; CRONIN, K. A. Autism spectrum disorders and implications for teachers. *JAASEP Winter*, p. 27-47, 2014.
- FERREIRA, R. M. Brinquedoteca e desenvolvimento cognitivo em crianças com autismo. *Estudos em Psicologia Infantil*, 2021.
- FOMBONNE, E. Epidemiology of pervasive developmental disorders. *Pediatric Research*, v. 65, n. 6, p. 591-598, 2009.
- FOUCAULT, M. A história da loucura. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
- GESCHWIND, D. H. Genetics of autism spectrum disorders. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 15, n. 9, p. 409-416, 2011.
- HAPPÉ, F.; FRITH, U. The beautiful otherness of the autistic mind. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, v. 364, n. 1522, p. 1345-1350, 2009.
- IZQUIERDO, I. Memória. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2018.
- KING, M. D.; TITCHEN, K. E.; LEVITON, A. Fetal and neonatal markers of childhood autistic traits. *Pediatrics*, v. 123, n. 4, p. 1321-1328, 2009.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *A educação inclusiva: o que é? Por que? Como fazer?* 5. ed. Campinas: Papirus, 2003.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: Autor, 2008.
- OLIVEIRA, A. B. Educação especial e inclusão: O papel do governo no apoio aos professores de Atendimento Educacional Especializado. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 26, n. 2, p. 335-352, 2020.
- OLIVEIRA, B. Dificuldades encontradas pelos professores da educação infantil no processo de inclusão. Repositório Institucional do IF Goiano, Iporá-Goiás, 2022.
- OLIVEIRA, S. P.; SANTOS, G. B. Brinquedos sensoriais para crianças autistas: uma análise das práticas pedagógicas. *Revista de Educação Especial*, 2019.
- PEREIRA, L. F.; SILVA, M. J. Estrutura e rotina na educação de crianças com TEA. *Cadernos de Educação Inclusiva*, 2018.
- PINKER, Steven. *The Language Instinct*. Nova York: Harper Collins, 1994.
- RENZO, Magda; NICOLA, Mônica. Projeto Tartaruga. Rio de Janeiro: Revinter, 2012.

ROGERS, S. J.; VISMARA, L. A. Evidence-based comprehensive treatments for early autism. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, v. 37, n. 1, p. 8-38, 2008.

ROTTA, Newra Tellechea et al. (Orgs.). Neurologia e Aprendizagem: abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: ARTMED, 2016.

SANDIN, S.; LÖNNERDAL, B.; ZONTEK, S.; HIRVONEN, M. et al. Reproductive and parental risk factors for autism: A case-control study in a Swedish population. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v. 55, n. 7, p. 778-785, 2014.

SANTOS, A. F. Educação inclusiva: uma análise sobre os avanços e os desafios enfrentados no contexto atual da educação básica no Brasil. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 6, ed. 5, vol. 3, p. 36-45, maio 2021.

SANTOS, A. M. R. N. M.; MARQUES, J. L. P. T.; NASCIMENTO, K. C. S. Educação inclusiva: avanços e desafios do atendimento educacional especializado. *Caderno de Graduação – Ciências Humanas e Sociais – UNIT – Sergipe*, v. 4, n. 3, p. 153, 2018.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de condições de atendimento educacional na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Camila Motta. 2022.

SIGMAN, M.; CAPPS, L. Children with Autism: A Developmental Perspective. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997.

SILVA, J. A. Desafios institucionais na implementação do Atendimento Educacional Especializado: Um estudo de caso sobre políticas públicas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 22, n. 3, p. 35-50, 2018.

SILVA, M. A formação dos professores de atendimento educacional especializado de Goiás. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Catalão-GO, 2014.

SKLIAR, Carlos. *Educação inclusiva: A questão do currículo*. In: *Educação inclusiva: Um novo olhar sobre as práticas pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2004

SMITH, T.; GROGAN, K. F.; DAVIS, J.; SINGER-DAVIDSON, N.; FEIN, D. The effectiveness of intensive behavioral treatment for children with autism: A meta-analysis. *Research in Developmental Disabilities*, v. 21, n. 6, p. 331-364, 2000.

SOUZA, T. Os desafios na atuação do professor da sala de recursos multifuncionais nos anos iniciais do ensino fundamental em escola do município de Tomé-Açú-PA. Universidade Federal Rural da Amazônia, 2021.

SOUZA, A. C.; LIMA, D. S. Inclusão escolar e o papel da brinquedoteca. *Revista Inclusão e Educação*, 2020.

THMPSON, Richard F. O Cérebro: uma introdução à neurociência. Tradução de Silvia M. Spada. São Paulo: Editora Santos, 2006.

TURNER, M. Annotation: Repetitive behaviour in autism: A review of psychological research. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v. 40, n. 6, p. 839-849, 1999.

UEBEL, Mariana Pedrini. O Cérebro na Infância. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

VERNON, T. W.; KOEGEL, R. L.; DAUTERMAN, H.; STOLEN, K. An early social engagement intervention for young children with autism and their parents. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 42, n. 12, p. 2702–2717, 2012.

VYGOTSKY, Lev S. A Formação Social da Mente. Tradução de José Cipolla Neto. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

WING, L.; GOULD, J. Severe impairments of social interaction and associated abnormalities in children: Epidemiology and classification. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 9, n. 1, p. 11-29, 1979.

WING, L.; GOULD, J.; GILLBERG, C. Autism spectrum disorders in the DSM-V: Better or worse than the DSM-IV? *Research in Developmental Disabilities*, v. 32, n. 2, p. 768-773, 2011.

YIN, Robert K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre, RS: Grupo A, 2010.

ANEXOS**Brinquedoteca Inclusiva: Um Espaço Educacional Adaptado para Alunos com Transtorno Espectro Autista**

Uberlândia – MG

2025

Autora

Bruna Volponi Paganini, pedagoga com especialização em Educação Especial com ênfase em Deficiência Intelectual e atualmente mestranda em Educação, compartilha sua trajetória profissional e pessoal. Iniciou sua carreira docente aos 34 anos, em 2018, na prefeitura de Alfredo Chaves. Ao longo de cinco anos, enfrentou desafios como professora, desde a ansiedade ao ser questionada sobre sua capacidade de lidar com alunos especiais, até a exaustiva rotina de trabalhar em municípios vizinhos. Sua experiência culminou em um trabalho significativo na Sala de Recursos Multifuncional, no Atendimento Educacional Especializado, onde continua atuando e desenvolvendo sua pesquisa científica.

Prefácio

É com grande entusiasmo que apresentamos este e-Book, dedicado à implementação de uma brinquedoteca adaptada para o atendimento de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Sabemos que o brincar é uma ferramenta fundamental no desenvolvimento infantil, e para as crianças com TEA, a brinquedoteca pode representar um espaço de descoberta e aprendizado, promovendo não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o emocional e social. Este material foi desenvolvido para fornecer suporte a educadores, familiares e terapeutas na criação de ambientes lúdicos inclusivos, especialmente adaptados às necessidades dos alunos com TEA.

Neste e-Book, discutimos a importância da brinquedoteca como um espaço de estímulo às diversas habilidades das crianças com TEA, respeitando seus ritmos e particularidades. As atividades lúdicas, quando bem direcionadas, podem ajudar no desenvolvimento da comunicação, na interação social e no fortalecimento de vínculos, áreas em que muitos alunos no espectro encontram desafios. Ao explorar o brincar estruturado e o brincar livre, este material oferece sugestões práticas e reflexões sobre como adaptar atividades, jogos e brinquedos para maximizar o engajamento e a aprendizagem.

O conteúdo deste material aborda as características específicas do TEA e como elas influenciam a maneira como as crianças se engajam nas atividades lúdicas. Ao longo dos capítulos, fornecemos orientações sobre como organizar o ambiente da brinquedoteca, sugerimos tipos de brinquedos mais adequados e discutimos estratégias para promover a interação entre os alunos, sempre levando em consideração a importância de um acompanhamento individualizado e sensível. Reconhecendo que cada criança com TEA é única, a personalização das atividades surge como uma chave essencial para o sucesso dessa proposta.

Nosso desejo é que este e-Book se torne uma ferramenta prática e inspiradora, ajudando a promover uma educação mais inclusiva e humanizada. Acreditamos que, ao criar espaços de aprendizado e diversão que respeitem as singularidades das crianças com TEA, contribuiremos para o seu pleno desenvolvimento e para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e eficaz.

Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos o mais novo produto educacional da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Camila Mota”, uma iniciativa desenvolvida com o objetivo de aprimorar o aprendizado e tornar o ambiente escolar mais dinâmico e inclusivo. Este produto foi criado para atender às necessidades dos alunos, promovendo uma metodologia inovadora que integra novas práticas pedagógicas e recursos adaptados ao cotidiano da escola. A proposta busca impactar positivamente o processo de ensino-aprendizagem, oferecendo novas ferramentas que facilitam a compreensão dos conteúdos e o desenvolvimento integral dos estudantes.

O foco principal deste produto educacional é proporcionar uma aprendizagem significativa e participativa, valorizando o protagonismo dos alunos. Através de atividades interativas, tecnológicas e colaborativas, os estudantes terão a oportunidade de desenvolver habilidades fundamentais para o século XXI, como o pensamento crítico, a criatividade e a resolução de problemas. Além disso, o material foi pensado para promover uma abordagem interdisciplinar, conectando diversas áreas do conhecimento e facilitando a aplicação prática dos conteúdos aprendidos em sala de aula.

Sabemos que cada aluno tem seu próprio ritmo e estilo de aprendizagem, por isso, o produto educacional foi projetado de forma a permitir a personalização das atividades, levando em conta as necessidades específicas de cada estudante. Isso inclui a criação de recursos adaptados para alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo que todos tenham a oportunidade de aprender e progredir dentro de suas capacidades. A inclusão é um dos pilares centrais deste projeto, refletindo o compromisso da Escola 'Camila Mota' em proporcionar uma educação acessível, equitativa e adaptada às necessidades de todos os seus alunos.

Este produto não apenas beneficia diretamente os alunos, mas também oferece suporte aos educadores, fornecendo estratégias pedagógicas e recursos que facilitam a elaboração e a execução das atividades em sala de aula.

Por fim, acreditamos que este produto educacional será uma ferramenta valiosa no processo de formação dos estudantes da Escola Estadual “Camila Mota”. Esperamos que ele contribua para o desenvolvimento acadêmico e pessoal de cada aluno, estimulando o amor pelo conhecimento e preparando-os para os desafios do futuro. Estamos certos de que, juntos, professores, alunos e comunidade escolar poderão usufruir dos benefícios desta nova proposta educacional, fortalecendo ainda mais o compromisso com a qualidade e a inovação.

Objetivo Geral

Promover um ensino mais inclusivo, dinâmico e personalizado, que valorize o protagonismo dos alunos e facilite o desenvolvimento de habilidades essenciais, como o pensamento crítico, a criatividade e a resolução de problemas, através de metodologias inovadoras e recursos adaptados às necessidades individuais dos estudantes, com foco na construção de uma educação acessível, participativa e interdisciplinar.

Objetivos específicos

1. **Fomentar a inclusão** de alunos com diferentes necessidades educacionais, oferecendo recursos e atividades adaptadas que promovam a participação de todos no processo de aprendizagem.
2. **Desenvolver habilidades socioemocionais e cognitivas** nos alunos, como a comunicação, a colaboração, o pensamento crítico e a criatividade, através de práticas pedagógicas interativas e lúdicas.
3. **Incentivar o protagonismo dos estudantes** no processo de ensino-aprendizagem, promovendo metodologias que valorizem a autonomia e a capacidade de resolver problemas de forma ativa.
4. **Oferecer suporte pedagógico aos professores**, com estratégias didáticas e materiais que facilitem a elaboração de aulas mais engajantes, dinâmicas e integradas às novas tecnologias.
5. **Promover uma abordagem interdisciplinar**, conectando diferentes áreas do conhecimento e possibilitando a aplicação prática dos conteúdos no cotidiano dos alunos, de forma a tornar a aprendizagem mais significativa.
6. **Estimular o uso de ferramentas tecnológicas** no ambiente escolar, tanto por professores quanto por alunos, para enriquecer as práticas pedagógicas e aprimorar o aprendizado.
7. **Fortalecer o vínculo entre professor e aluno**, criando um ambiente mais colaborativo e motivador, onde o ensino e a aprendizagem aconteçam de forma natural e eficaz.

Justificativa

A justificativa deste projeto educacional baseia-se na necessidade de proporcionar uma educação mais inclusiva, dinâmica e adaptada às demandas contemporâneas, especialmente em um cenário onde a diversidade de perfis dos alunos requer abordagens pedagógicas flexíveis e personalizadas. A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio "Camila Mota" busca, através deste produto educacional, atender a uma demanda crescente por práticas que integrem inovação e inclusão, promovendo o desenvolvimento integral de seus alunos.

O ambiente escolar enfrenta desafios significativos para manter os estudantes engajados e motivados, especialmente com o advento de novas tecnologias e formas de aprender. Nesse contexto, torna-se essencial oferecer estratégias que contemplam tanto o uso de recursos tecnológicos quanto metodologias interativas e colaborativas, que permitam aos alunos vivenciar o conhecimento de forma prática e significativa. Além disso, a diversidade nos ritmos e estilos de aprendizagem, aliada à presença de alunos com necessidades educacionais específicas, enfatiza a importância de se criar um ambiente acessível que promova a participação ativa e o pleno desenvolvimento de todos os estudantes, independentemente de suas particularidades.

Este projeto também responde à necessidade de apoiar os professores na implementação de práticas pedagógicas inovadoras. Muitos educadores se deparam com a dificuldade de integrar novas ferramentas tecnológicas e metodologias diversificadas no cotidiano escolar, o que demanda materiais e recursos que facilitem esse processo. Portanto, o produto educacional é uma ferramenta essencial para capacitar os docentes e melhorar a qualidade do ensino oferecido.

A relevância deste projeto reside, ainda, no seu potencial de criar um ambiente de aprendizagem mais participativo e inclusivo, em consonância com as diretrizes educacionais atuais, que enfatizam a importância da interdisciplinaridade, da inclusão e do desenvolvimento de habilidades essenciais para o século XXI. Assim, a proposta deste produto educacional justifica-se pela sua contribuição para uma educação mais completa, acessível e eficaz, que prepare os alunos para os desafios futuros.

Aporte teórico

O aporte teórico deste projeto educacional está fundamentado em concepções pedagógicas contemporâneas que enfatizam a importância da inclusão, da personalização do ensino e da interdisciplinaridade, além do uso de novas tecnologias no ambiente escolar. Diversos autores e estudiosos da educação fornecem as bases teóricas que orientam as práticas propostas, buscando promover uma educação integral, acessível e participativa.

Um dos pilares teóricos deste projeto é a teoria da aprendizagem significativa, proposta por David Ausubel (2003), que defende que o aprendizado ocorre de forma mais eficaz quando os novos conteúdos são conectados aos conhecimentos prévios dos alunos. No contexto deste projeto, as atividades lúdicas e interativas permitem que os alunos relacionem os novos conceitos com suas vivências, facilitando o processo de construção do conhecimento. A brinquedoteca e o uso de recursos tecnológicos são instrumentos importantes para promover essa conexão e tornar o aprendizado mais envolvente e dinâmico.

Além disso, o projeto apoia-se na teoria da inclusão escolar, sustentada por autores como Mantoan (2003), que defende a criação de ambientes de ensino capazes de acolher alunos com diferentes necessidades educacionais. Mantoan destaca que a escola inclusiva deve respeitar as particularidades de cada aluno, adaptando-se para garantir a participação plena de todos no processo de aprendizagem. No projeto, esse princípio é refletido na oferta de atividades personalizadas e na adaptação de materiais e recursos que atendam alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outros perfis de necessidades especiais.

Outro referencial relevante é a teoria sociointeracionista de Lev Vygotsky (1991), que valoriza a interação social como essencial para o desenvolvimento cognitivo. Para Vygotsky, o aprendizado acontece no contexto social e através da mediação de outras pessoas, como colegas e professores. Esse conceito é integrado ao projeto por meio de atividades colaborativas e interativas que incentivam a troca entre alunos, promovendo a construção conjunta do conhecimento. O uso da brinquedoteca, tanto física quanto digital, facilita essa interação, oferecendo um espaço em que o brincar e o aprendizado ocorrem em um ambiente coletivo.

Ainda no campo da inovação educacional, o uso de tecnologias na educação está alicerçado nas reflexões de autores como Moran (2015), que explora o impacto das

tecnologias digitais no ensino. Segundo Moran, as tecnologias podem potencializar o aprendizado ao torná-lo mais acessível e atrativo, possibilitando uma educação mais ativa e centrada no aluno. No projeto, o uso de recursos tecnológicos, como aplicativos e jogos educativos, busca engajar os alunos e desenvolver competências digitais, que são essenciais para sua formação no século XXI.

Por fim, o projeto também se inspira na abordagem interdisciplinar defendida por Fazenda (2011), que argumenta que o conhecimento deve ser construído de forma integrada, conectando diferentes áreas do saber. Esse princípio é aplicado ao desenvolvimento de atividades que envolvem diversas disciplinas, favorecendo uma compreensão mais ampla e contextualizada dos conteúdos.

Assim, o aporte teórico deste projeto educacional baseia-se em uma combinação de teorias da aprendizagem, inclusão, interatividade e uso de tecnologias, oferecendo um suporte sólido para a criação de um ambiente escolar inovador e acessível. Esses autores contribuem para embasar as práticas que visam transformar o ensino, tornando-o mais significativo e inclusivo.

Estrutura da brinquedoteca

O espaço da brinquedoteca será organizado para atender às necessidades específicas dos alunos com TEA, focando em quatro áreas principais de desenvolvimento:

1. **Desenvolvimento Cognitivo:** Através de jogos e atividades que estimulam o raciocínio lógico, a resolução de problemas e a compreensão do mundo ao redor. A proposta é utilizar brinquedos educativos que desafiem os alunos a pensar e criar, adaptados às suas capacidades individuais.
2. **Desenvolvimento Sensorial:** Muitas crianças com TEA apresentam sensibilidades sensoriais específicas. A brinquedoteca oferecerá uma estação sensorial com materiais que trabalham diferentes texturas, cores, sons e cheiros, ajudando os alunos a explorar e se adaptar aos estímulos de forma controlada.
3. **Desenvolvimento Social:** O espaço da brinquedoteca será pensado para facilitar a interação entre os alunos com TEA e seus colegas, promovendo atividades que incentivem a colaboração e a comunicação. Jogos de tabuleiro em grupo, dinâmicas e brincadeiras de interação serão utilizadas para que os alunos possam trabalhar suas habilidades sociais de maneira lúdica.
4. **Desenvolvimento Motor:** A brinquedoteca contará com atividades que estimulem a coordenação motora fina e grossa, como blocos de construção, quebra-cabeças e atividades físicas leves. Essas atividades são fundamentais para o desenvolvimento motor dos alunos com TEA, que muitas vezes apresentam desafios nessas áreas.

A brinquedoteca será organizada em estações temáticas, com cada uma delas planejada para atender a objetivos pedagógicos específicos, assegurando que as diversas necessidades dos alunos com TEA sejam contempladas de maneira eficaz e inclusiva.

Estação Sensorial

É uma das ferramentas mais eficazes na criação de ambientes educacionais inclusivos, especialmente voltados para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou outras necessidades educacionais especiais. Ela envolve o uso de brinquedos e recursos que oferecem estímulos sensoriais variados, promovendo o desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas e emocionais, enquanto ajuda os alunos a processarem melhor os estímulos externos. Esta abordagem é essencial para crianças que apresentam dificuldades em integrar informações sensoriais, um desafio comum para muitos alunos com TEA.

Bolas sensoriais, por exemplo, são brinquedos que estimulam o tato, a percepção de pressão e o controle motor. Disponíveis em diversas texturas e tamanhos, essas bolas oferecem um meio para que as crianças experimentem diferentes sensações táteis, o que pode auxiliar na regulação sensorial e no aumento da consciência corporal. Essas bolas podem ser usadas de maneira lúdica, envolvendo jogos e brincadeiras, o que torna o processo de aprendizagem mais leve e divertido, enquanto trabalham questões motoras finas e grossas.

A caixa de areia com objetos escondidos constitui uma ferramenta fundamental na Estação Sensorial. Esta atividade promove a exploração tátil e visual, ajudando as crianças a identificar e classificar diferentes formas e texturas. Ao escavar a areia e encontrar objetos variados, as crianças são incentivadas a usar suas habilidades sensoriais e cognitivas de maneira integrada. A caixa de areia pode incluir objetos de diferentes materiais (como plástico, madeira e borracha) que estimulam tanto o tato quanto a curiosidade e o raciocínio lógico.

Os painéis interativos de sons e texturas são recursos valiosos para trabalhar os estímulos auditivos e táteis. Esses painéis, que podem ser montados com diferentes superfícies, botões, sinos e dispositivos sonoros, proporcionam uma experiência sensorial rica, permitindo que as crianças explorem sons e texturas de forma ativa e autônoma. Os painéis incentivam a coordenação motora e o desenvolvimento sensorial ao mesmo tempo em que promovem o engajamento em atividades que trabalham a concentração e a atenção.

A Estação Sensorial, ao proporcionar um ambiente lúdico e controlado, auxilia os alunos a desenvolverem uma maior capacidade de autorregulação sensorial, além de promover o equilíbrio emocional e a interação social. As crianças aprendem a processar estímulos de forma gradual, o que pode ser particularmente útil para aquelas que se sentem sobrecarregadas em ambientes escolares tradicionais. Dessa forma, o uso de brinquedos e

atividades sensoriais não só apoia o desenvolvimento acadêmico, mas também contribui para o bem-estar integral dos alunos.

Benefícios da Estação Sensorial:

1. Desenvolvimento Cognitivo:

A exploração sensorial estimula o cérebro ao permitir que as crianças façam conexões entre diferentes estímulos e suas experiências pessoais. Atividades que envolvem texturas, cores, sons e aromas ajudam a melhorar o raciocínio lógico, a atenção e a memória. A exposição a esses estímulos faz com que as crianças formulem hipóteses e testem conceitos simples, como causa e efeito.

2. Coordenação Motora:

A manipulação de materiais sensoriais, como areia, argila, massas ou objetos de diferentes formas e tamanhos, contribui tanto para a coordenação motora fina (movimentos das mãos e dedos) quanto para a coordenação motora ampla (movimentos maiores do corpo). Ao tocar, apertar, moldar ou manipular objetos, as crianças desenvolvem controle e precisão nos movimentos.

3. Desenvolvimento Linguístico:

Ao interagir com diferentes materiais sensoriais, as crianças são incentivadas a descrever o que sentem, veem, cheiram ou ouvem. Isso amplia seu vocabulário e melhora sua habilidade de comunicação. Elas podem aprender a nomear diferentes texturas, cores, cheiros e sons, o que contribui para o desenvolvimento da linguagem expressiva.

4. Regulação Emocional e Comportamental:

A Estação Sensorial pode proporcionar um efeito relaxante nas crianças, especialmente naquelas que enfrentam dificuldades com a regulação emocional. Algumas atividades sensoriais, como mexer em areia macia, ouvir sons suaves ou brincar com água, ajudam a reduzir a ansiedade e o estresse, promovendo o relaxamento. Além disso, as crianças aprendem a regular suas emoções ao lidar com diferentes sensações e a entender como elas influenciam seu comportamento.

5. Estimulação da Criatividade:

Atividades sensoriais como a manipulação de materiais moldáveis (argila, massinha, areia cinética) ou a exploração de cores e formas ajudam a estimular a criatividade. Ao interagir com diferentes materiais, as crianças experimentam possibilidades novas e inusitadas, desenvolvendo o pensamento criativo e a capacidade de encontrar soluções originais para problemas.

6. Integração Sensorial:

A integração sensorial é o processo pelo qual o cérebro organiza e interpreta informações dos sentidos para criar uma percepção coerente do mundo. A Estação Sensorial oferece oportunidades para que as crianças melhorem sua capacidade de integrar esses estímulos, o que é essencial para habilidades como coordenação motora, equilíbrio e processamento de informações visuais e auditivas. Isso é particularmente importante para crianças que têm dificuldades de processamento sensorial.

7. Aumento da Curiosidade e Exploração:

A Estação Sensorial incentiva as crianças a explorar e a interagir com o mundo ao seu redor de maneira curiosa e investigativa. Quando elas se envolvem em atividades que desafiam os sentidos, tornam-se mais abertas a novas experiências e mais dispostas a experimentar, o que contribui para o aprendizado contínuo.

8. Fortalecimento das Habilidades Sociais:

Atividades sensoriais em grupo incentivam as crianças a trabalharem juntas, compartilharem materiais e se comunicarem sobre o que estão experimentando. Isso promove a cooperação e a interação social, ajudando-as a desenvolver empatia e habilidades interpessoais. Em um ambiente colaborativo, elas aprendem a respeitar o espaço e o tempo dos colegas.

Estação de Habilidades Sociais

É uma abordagem educativa que usa atividades lúdicas e interativas para desenvolver competências sociais entre os alunos. Esta estação pode incluir jogos colaborativos, como quebra-cabeças em grupo, jogos de tabuleiro simples, e dinâmicas de papéis sociais. Cada uma dessas atividades tem o propósito de fomentar a comunicação, a empatia, a cooperação e o trabalho em equipe, que são fundamentais para o desenvolvimento social e emocional dos estudantes.

Os quebra-cabeças em grupo são uma ótima ferramenta para incentivar a cooperação. Neles, os participantes precisam trabalhar juntos para alcançar um objetivo comum, o que promove habilidades como escuta ativa, paciência e resolução de problemas em equipe. Cada aluno contribui com uma peça essencial, o que também reforça a ideia de que todos têm algo importante a acrescentar.

Jogos de tabuleiro simples, como aqueles que envolvem turnos ou tomada de decisões em conjunto, ajudam os alunos a praticar regras sociais, como aguardar sua vez, respeitar os outros e lidar com a frustração de perder ou celebrar vitórias coletivas. Exemplos desses jogos incluem o "Jogo da Memória" ou versões simplificadas de jogos cooperativos, onde os jogadores vencem ou perdem juntos, enfatizando o trabalho em equipe.

Atividades que envolvem dinâmicas de papéis sociais, como a dramatização de situações cotidianas (por exemplo, simulação de uma visita ao supermercado ou uma conversa entre amigos), auxiliam os alunos a explorar e compreender diversas perspectivas e emoções. Essas dinâmicas proporcionam um ambiente controlado para que os estudantes pratiquem interações sociais, aprendendo a lidar com conflitos, expressar sentimentos e colaborar na busca por soluções.

A Estação de Habilidades Sociais, portanto, oferece uma forma divertida e eficaz de desenvolver competências socioemocionais, criando um ambiente onde o aprendizado social se dá de forma natural e significativa.

Benefícios da Estação de Habilidades Sociais:

1. Melhora na Comunicação Verbal e Não Verbal:

Através de atividades como jogos de papéis, quebra-cabeças em grupo ou jogos de tabuleiro, as crianças praticam a comunicação verbal, aprendendo a expressar suas ideias, emoções e pensamentos de forma clara. Além disso, elas também desenvolvem a

comunicação não verbal, ao interpretar gestos, expressões faciais e o tom de voz dos outros, o que melhora sua capacidade de entender e responder adequadamente às situações sociais.

2. Desenvolvimento da Empatia:

Ao participar de jogos que exigem a colaboração e a troca de papéis, as crianças aprendem a se colocar no lugar do outro. Isso as ajuda a compreender os sentimentos e perspectivas dos colegas, desenvolvendo a empatia. Essa habilidade é essencial para formar relacionamentos saudáveis e lidar com as diferenças de maneira respeitosa e compreensiva.

3. Fortalecimento do Trabalho em Equipe e Cooperação:

A Estação de Habilidades Sociais incentiva as crianças a trabalharem juntas para atingir objetivos comuns, como completar um quebra-cabeça ou vencer em um jogo de tabuleiro colaborativo. Esse tipo de atividade reforça a cooperação, ensinando-as a valorizar as contribuições dos outros, a compartilhar recursos e a trabalhar em equipe para resolver problemas. Elas aprendem que o sucesso coletivo é tão importante quanto o individual.

4. Desenvolvimento de Habilidades de Resolução de Conflitos:

Nos jogos e dinâmicas colaborativas, é comum surgirem situações de conflito, seja por discordâncias ou pela competição natural. A Estação de Habilidades Sociais ensina as crianças a resolver esses conflitos de maneira pacífica e construtiva, incentivando a negociação, o diálogo e o respeito mútuo. Elas aprendem a lidar com frustrações e a buscar soluções que beneficiem a todos.

5. Desenvolvimento da Escuta Ativa:

Uma habilidade social importante desenvolvida nessa estação é a escuta ativa. Ao trabalhar em grupo, as crianças são incentivadas a ouvir atentamente os colegas para compreender suas ideias e sugestões. Isso não só melhora sua capacidade de se concentrar, mas também reforça o respeito pelas opiniões dos outros, um componente essencial para interações saudáveis.

6. Aumento da Autoconfiança e Autoestima:

Ao se envolver em atividades colaborativas e dinâmicas de papéis sociais, as crianças têm a oportunidade de experimentar diferentes papéis e responsabilidades. Ao perceberem que suas contribuições são valiosas para o sucesso do grupo, elas ganham autoconfiança. Isso também melhora sua autoestima, pois se sentem reconhecidas e valorizadas pelos colegas.

7. Desenvolvimento da Capacidade de Lidar com Emoções:

A Estação de Habilidades Sociais proporciona um ambiente seguro onde as crianças têm a oportunidade de reconhecer e lidar com suas emoções. Por meio de jogos que abordam diversas situações sociais, elas podem expressar seus sentimentos e aprender estratégias para gerenciar emoções como raiva, frustração, alegria e tristeza. Esse processo de regulação emocional é essencial para o desenvolvimento da inteligência emocional.

8. Promoção de Relacionamentos Saudáveis:

Ao aprenderem a cooperar, comunicar-se com eficácia e resolver conflitos, as crianças desenvolvem relacionamentos mais saudáveis e harmoniosos com seus colegas. Essas habilidades são importantes não apenas para a convivência no ambiente escolar, mas também para a formação de relacionamentos positivos ao longo da vida.

9. Promoção da Tolerância e do Respeito à Diversidade:

As atividades da Estação de Habilidades Sociais envolvem interações com diferentes crianças, de diversos contextos, personalidades e perspectivas. Isso aumenta a tolerância e o respeito às diferenças, à medida que os alunos aprendem a valorizar a diversidade e a conviver de forma respeitosa, compreendendo que as diferenças são parte fundamental da experiência social.

Estação Motora

É uma abordagem pedagógica voltada para o desenvolvimento das habilidades motoras das crianças por meio de atividades lúdicas e práticas que estimulam tanto a coordenação motora fina (uso das mãos e dedos) quanto a coordenação motora ampla (movimentos maiores que envolvem os braços, pernas e o corpo todo). Essas atividades são fundamentais para o desenvolvimento físico, cognitivo e social dos alunos, além de promoverem o controle e a consciência corporal.

Os blocos de construção, como Lego ou outros tipos de peças encaixáveis, são excelentes para estimular a coordenação motora fina. Ao pegar, encaixar e empilhar peças, as crianças desenvolvem o controle dos movimentos dos dedos e das mãos, ao mesmo tempo que exercitam o planejamento e a resolução de problemas. Montar e desmontar estruturas também ajuda na percepção espacial e no reconhecimento de formas e cores.

Jogos que envolvem jogar argolas em alvos trabalham diretamente a coordenação motora ampla, ao exigir que a criança use os braços e o tronco para lançar as argolas com precisão. Além de melhorar a força e a destreza, essa atividade desenvolve o controle do movimento, o equilíbrio e a noção de espaço. Para acertar o alvo, os alunos precisam calcular a distância, controlar a força e ajustar a posição corporal, o que contribui também para o desenvolvimento de habilidades cognitivas como concentração e resolução de problemas.

Brinquedos como massinha de modelar, pinos e martelinhos, ou brinquedos de encaixe são excelentes para o desenvolvimento da motricidade fina. Manipular esses materiais envolve apertar, moldar, girar e ajustar pequenos componentes, o que aprimora o controle muscular das mãos e dedos. Além disso, atividades como essas também trabalham a percepção sensorial, já que as crianças aprendem a ajustar a força de suas mãos para modelar ou manusear objetos delicados.

Benefícios da Estação Motora:

1. **Desenvolvimento da coordenação motora fina:** Atividades como blocos de construção e brinquedos de manipulação auxiliam no refinamento dos movimentos das mãos e dedos, habilidades essenciais para tarefas futuras, como escrita, cortar com tesouras, abotoar roupas etc.
2. **Melhora da coordenação motora ampla:** Jogos que envolvem arremesso, corrida, pular ou atividades que usam todo o corpo são essenciais para o desenvolvimento da força, agilidade e equilíbrio. A coordenação motora ampla é fundamental para

atividades diárias e esportes.

3. **Consciência corporal:** Ao participar dessas atividades, as crianças se tornam mais conscientes de seu próprio corpo, aprendendo a controlar seus movimentos e a perceber os limites de seu corpo no espaço.
4. **Desenvolvimento cognitivo:** A interação com os materiais e jogos estimula o pensamento lógico, a resolução de problemas e a criatividade. Planejar construções, calcular a distância do alvo e ajustar a força de um arremesso são exemplos de como essas atividades motoras também envolvem habilidades cognitivas.
5. **Controle emocional:** A Estação Motora também pode ajudar as crianças a desenvolver a paciência e a tolerância à frustração. Atividades que exigem prática e repetição, como arremessar argolas até acertar o alvo, promovem a perseverança e o controle emocional.

Estação de comunicação

É um espaço de aprendizagem dedicado a promover e desenvolver as habilidades de comunicação, tanto verbal quanto não verbal, em crianças. Através de atividades lúdicas e interativas, essa estação estimula a capacidade dos alunos de expressarem seus pensamentos, emoções e ideias de maneira clara e eficaz. É uma ferramenta essencial para o desenvolvimento social e cognitivo, ajudando os estudantes a se conectarem melhor com os outros e a participarem ativamente de interações sociais.

Os jogos de cartas com imagens são excelentes para incentivar a comunicação verbal, principalmente em crianças mais novas ou aquelas que estão aprendendo a linguagem. Esses jogos, como os de associação ou memorização, usam imagens simples (animais, objetos, ações) para ajudar os alunos a descrever o que veem, praticando o vocabulário e a formação de frases. Por exemplo, um jogo pode envolver a descrição de uma imagem sem que o outro jogador a veja, estimulando tanto a clareza da comunicação quanto a escuta ativa do colega.

Os jogos de interpretação de papéis (ou dramatizações) são poderosos para o desenvolvimento das habilidades sociais e de comunicação. Nessas atividades, as crianças assumem diferentes papéis ou personagens e agem em situações simuladas, como em uma "loja", "escola" ou "consulta médica". Ao interpretarem esses papéis, os alunos praticam diferentes formas de comunicação, adaptando seu discurso conforme o contexto ou o interlocutor. Eles aprendem a expressar suas necessidades, desejos e sentimentos de maneira mais adequada e eficaz.

Atividades que incentivam os alunos a se expressarem de maneiras variadas, como mímicas, desenhos ou até sons e músicas, são fundamentais na Estação de Comunicação. Elas permitem que as crianças explorem diferentes formas de expressão, não se limitando apenas à fala. Isso é especialmente benéfico para alunos que podem ter dificuldades de linguagem ou que estão aprendendo a falar em um novo idioma.

A mímica, por exemplo, incentiva a comunicação não verbal, onde os alunos devem usar gestos e expressões faciais para transmitir uma mensagem sem usar palavras. Esse tipo de atividade também ajuda a desenvolver a criatividade, além de melhorar a percepção dos sinais corporais e emocionais dos outros.

Outras atividades, como contação de histórias com o uso de diferentes meios (como fantoches ou desenhos), podem ajudar as crianças a explorar narrativas e desenvolver a habilidade de organizar e contar suas próprias histórias. Isso promove o desenvolvimento da

linguagem expressiva e melhora a confiança na comunicação.

Benefícios da Estação de Comunicação:

1. **Desenvolvimento de habilidades verbais:** Jogos de cartas e interpretação de papéis ajudam as crianças a expandirem seu vocabulário, praticarem a articulação de ideias e aprimorarem a habilidade de contar histórias e descrever situações.
2. **Comunicação não verbal:** Atividades que envolvem mímica ou expressão corporal ensinam as crianças a reconhecer e usar gestos, expressões faciais e posturas para se comunicarem, algo essencial para interações sociais mais sutis.
3. **Escuta ativa e empatia:** Ao participar de jogos que envolvem troca de papéis ou situações em que precisam interpretar outras pessoas, as crianças aprendem a escutar e entender os sentimentos e perspectivas dos outros, desenvolvendo empatia e inteligência emocional.
4. **Melhoria na resolução de conflitos:** Através da comunicação clara e eficaz, os alunos aprendem a resolver desentendimentos e a expressar suas opiniões de forma assertiva, habilidades que serão úteis tanto na vida pessoal quanto profissional.
5. **Conexão emocional:** A comunicação envolve mais do que apenas a transmissão de informações; ela é também uma forma de criar vínculos emocionais. Ao expressarem sentimentos e ideias, as crianças aprendem a se conectar emocionalmente com os outros, fortalecendo suas habilidades sociais.
6. **Autoexpressão e autoconfiança:** Através das atividades que incentivam a criatividade e a expressão, os alunos ganham mais confiança para se expressarem de maneira autêntica, seja verbal ou não verbalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSUBEL, David Paul. Psicologia Educacional. Rio de Janeiro: Interamericana, 2003.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: História, teoria e pesquisa. Campinas: Papirus, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MORAN, José Manuel. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. 20. ed. Campinas: Papirus, 2015.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. A Formação Social da Mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martin